

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE:  
PERSPECTIVAS PARA O ECOJORNALISMO.**

**DIEGO PAES DE VASCONCELOS**

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE:  
Ecojornalismo e a Crise Hídrica de São Paulo

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

DIEGO PAES DE VASCONCELOS

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia, elaborada por  
Diego Paes de Vasconcelos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação.- UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof<sup>º</sup> Dr. Mohammed El Haiji

Prof<sup>º</sup> Dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves

RIO DE JANEIRO

2014

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

VASCONCELOS, Diego Paes de.

O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE:  
Ecojornalismo e a Crise Hídrica de São Paulo; Rio de Janeiro,  
2014.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

VASCONCELOS, Diego Paes de. **O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE: PERSPECTIVAS PARA O ECOJORNALISMO**. Rio de Janeiro, 2014. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## **RESUMO**

Mudanças geográficas e políticas ocorreram no mundo ocasionando a importância de ações ligadas à defesa do meio ambiente. Da mesma forma, o jornalismo precisou se posicionar de forma mais abrangente, deixando de lado somente a cobertura de eventos ocorridos ou em iminência de ocorrer para trazer maneiras de informar como tornar o planeta sustentável. Isto vem ocorrendo em meio a fatos históricos no Brasil e no mundo. Entretanto enfrenta o paradigma da mídia ser mantida justamente por empresas causadoras dos maiores problemas ambientais, além da instrução oferecida aos jornalistas não ser suficientemente abrangente para suprir as necessidades do mercado que surgiu. Esta pesquisa buscou informações e dicas para o profissional que pretende seguir na área do jornalismo ambiental, reunindo conhecimentos sobre o meio ambiente e postura jornalística, esperando ajudar na melhora das abordagens atuais.

**Palavras chave:** Jornalismo, Ecojornalismo, Mídia, Meio Ambiente, Sustentabilidade.

VASCONCELOS, Diego Paes de. **The challenge of communicating the Environment: Prospects for Ecojournalism. Rio de Janeiro, 2014.** Advisor: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monograph in Journalism

### **ABSTRACT**

Geographical and political changes occurred worldwide causing the importance of actions related to environmental protection. Likewise, journalism needed to position more comprehensively, leaving aside only the coverage of events occurring or about to occur to bring ways to inform and make the planet sustainable. This is happening in the middle of historical events in Brazil and worldwide. However the paradigm faces the media is maintained precisely by causing enterprises major environmental problem, besides the instruction offered to journalists is not comprehensive enough to meet the market needs that arose. This survey searched for information and tips for the professional who wants to follow in environmental journalism, gathering knowledge about the environment and journalistic stance, hoping to help in the improvement of current approaches.

**Keywords:** Journalism, Ecojournalism, Media, Environment

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A QUESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>10</b>
<b>3 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NO MUNDO.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Movimento Ambiental no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>27</b>
<b>4. COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1 Jornalismo e Meio Ambiente.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2 Jornalismo Ambiental no Brasil.....</b>	<b>42</b>
<b>5.O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>47</b>
<b>6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diversas mudanças geográficas e políticas ocorridas no mundo no início do século XXI ocasionaram a importância de ações ligadas à defesa do meio ambiente.

Pode-se afirmar que o ambientalista tomou uma posição de destaque, devido à modernização alcançada no decorrer do período que além de proporcionar ao homem o bem-estar, o conforto e a praticidade, também lhe trouxe problemas de saúde, fome, falta de água, energia, entre muitos outros.

Ao atingir tais dimensões incoercíveis os setores político, econômico e das comunicações tiveram que dedicar maior atenção à questão ambiental, causando forte impacto em valores culturais e instituições da sociedade; já que tais mudanças vêm exigindo transformações dos meios de produção, de consumo e uma nova organização social.

Os valores ambientais apareceram contra a cultura do poder capitalista fundado face à produção em massa, ao desenvolvimento centralizado, ao congestionamento das megalópoles, à homogeneização da cultura, à produção e ao consumo, aos sistemas hierárquicos e autoritários de tomadas de decisões, reivindicando os valores da diversidade cultural, da participativa e da tolerância. A ética veio reivindicar os valores do humanismo: a integridade humana, o sentido da vida, a solidariedade social.

A crise ambiental incorporou reivindicações de movimentos sociais tradicionais, como a democracia, justiça social, propriedade territorial, distribuição do poder e da renda, propriedade dos meios de produção, incorporação da população nos mecanismos de participação nos órgãos corporativos da vida econômica e política.

Dessa forma, até hoje o ambientalismo vem promovendo a participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos naturais, na construção de novos estilos de desenvolvimento fundados em princípios de sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade étnica e autonomia cultural.

Surgiu então a necessidade dos veículos das grandes empresas brasileiras de



comunicação informar a população alguns dos muitos acontecimentos relacionados à questão ambiental que ocorrem diariamente em todo o mundo, principalmente na questão do aquecimento global, que a todo o momento é colocada em manchetes jornalísticas.

No entanto, o espaço dado, diante da importância que esses fatos acarretam, pode ser considerado ainda pequeno, estando geralmente vinculados a programas e cadernos de ciência e turismo que de certa forma disfarçam a relevância dos temas.

É obviamente reconhecido que a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos acabaram influenciando sua programação como um todo, inclusive sua produção jornalística.

Contudo uma coisa que acontece nos meios de comunicação são as diversas publicidades de grandes empresas que fazem menção à sua “responsabilidade social”, sendo um paradoxo, já que por trás de toda essa estrutura de marketing estão as mensagens de consumismo passadas para o público.

Sendo assim, pergunta-se qual seria o papel do jornalismo neste contexto, já que a grande mídia precisa dos anúncios desses conglomerados empresariais. A mídia faz divulgações de assuntos relacionados a parques e reservas florestais. Costuma também publicar denúncias, mas sem expor demais os responsáveis e, principalmente, sem dar continuidade à repercussão dos fatos.

Os temas publicados são na maioria das vezes desvinculados de um contexto histórico, político e social. Além disso, o fato de uns temas importantes não encontrarem espaço na imprensa inibe a conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e a responsabilidade do poder público e dos agentes da sociedade civil em relação ao meio ambiente.

Chega-se ao ponto principal do trabalho que busca saber quais os desafios de se cobrir meio ambiente, apontando as transformações sofridas no jornalismo voltado para as questões ambientais e de sustentabilidade da sociedade, mostrando como o meio ambiente se desenvolveu através da história política mundial, passando a se tornar um assunto de extrema relevância em seminários internacionais. Além de analisar o papel do jornalista, diante deste discurso da sustentabilidade, já que a profissão legaria aspectos na formação da sociedade.

Busca-se fonte nos principais autores do assunto e qual a relevância que isso tem

para a sociedade como um método. Incluem-se discussões sobre em que pontos essas correntes se assemelham e aonde elas diferem, levando em consideração, principalmente, os pensamentos do sociólogo Manuel Castells, do economista Enrique Leff, do biólogo Philippe Pomier Layargues e jornalistas como Vilmar Berna, Efraim Neto e André Trigueiro.

## 2. A QUESTÃO AMBIENTAL

Pela legislação brasileira meio ambiente é definido como: “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, esta definição é totalizadora no sentido de que não exclui o homem, compreendendo o mesmo como uma forma de vida.

Tal conceito abrangente traz uma elucidação sobre a expressão formada por duas palavras que constituem um pleonismo do ponto de vista biológico, visto que tanto meio, quanto ambiente dão a noção de um espaço formado por fatores bióticos e abióticos que de alguma forma influenciam na vida<sup>1</sup>.

Enrique Leff (2002) avalia que o ambiente é constituído por processos físicos e sociais que se encontram sob domínio da racionalidade econômica. Sendo ela quem movimenta o ambiente e determina sobre suas consequências como a degradação ambiental, a destruição da terra e o retrocesso na qualidade de vida. No entendimento de Leff, do ponto de vista da racionalidade econômica:

O ambiente não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por novos potenciais produtivos. Neste sentido, o ambiente do sistema econômico está constituído pelas condições ecológicas de produtividade e regeneração dos recursos naturais, bem como pelas leis termodinâmicas de degradação de matéria e energia no processo produtivo. O ambiente estabelece potenciais e limites às formas e ritmos de exploração dos recursos, condicionando os processos de valorização, acumulação e reprodução do capital. (LEFF, 2002, p. 160)

A declaração de Leff se dá no contexto atual de degradação ambiental e inversão de valores onde o consumismo passa a ser mais importante que valores como identidade cultural e da própria natureza.

Para explicitar melhor o assunto, serão apresentados a seguir conceitos que englobam a totalidade de meio ambiente, para depois reunir ideias sobre o surgimento da preocupação com o meio ambiente.

---

<sup>1</sup>IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

A preocupação com a deterioração do meio ambiente parece não existir até o final do século XIX, pois mesmo com a utilização dos recursos ambientais como água, solo, suas reservas eram pouco afetadas pelas atividades agrícolas.

Contudo, a relação de aprendizado criada entre o homem e a natureza que havia sido passada de geração a geração sofreu um *crash* a partir da Revolução Industrial, havendo uma crescente imigração do campo para as cidades, assim o homem começou a se afastar da natureza.

A que antes era a provedora de vida, fonte de alegria, saúde e até inspiração para as artes e espiritualidade, passou apenas a fornecedora de energia e matérias-primas para a sociedade de consumo. Os resultados desse distanciamento chegaram pouco tempo depois, através dos primeiros impactos ambientais.

A partir da Revolução Industrial o homem começou a sentir as consequências da degradação do meio ambiente, surgindo nessa época um pequeno interesse pela questão ecológica, mas este era reduzido às elites dos países dominantes da Europa Ocidental.

Nesta evolução do capitalismo comercial para o industrial, o ser humano começou a praticar maior predomínio sobre a natureza, encontrando base nas ideologias do trabalho, da Igreja e da Educação.

Estas acabaram cooperando para a especialização dos mecanismos de produção e, as inclusões de novas técnicas e as conquistas de novos espaços, o que acelerou o processo produtivo e por seguinte o advento da Segunda e da Terceira Revolução Industrial.

As mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes deste período alteraram radicalmente as relações entre os homens e as relações dos homens com a natureza.

Salienta-se que a noção de progresso que emergiu no interior do pensamento científico quando da Revolução Industrial, adquiriu primazia sobre todas as ideias antes socialmente aceitas. Isso ocorreu com tal intensidade que outras ideias, como as de felicidade, paz, igualdade, justiça, soberania, embora mais antigas que a ideia de progresso, passaram a ser vistas como uma de suas consequências. (MELO, 2001, p.120).

Através dessa lógica conclui-se que a influência das especializações: do capital, das tecnologias, da mão de obra técnica, das ideologias e da crescente escolarização, difundiram novos modelos que permitiram o surgimento de novos conceitos sobre o meio ambiente, deixando mais complexa a análise da questão ambiental.

Estes novos conceitos, devido à complexidade do mundo da pós-modernidade, na sua maioria não permitiram a quebra do paradigma de que a natureza se encontrava posta para atender as necessidades humanas e do capital, ideias que tem como base a tradição cultural do Ocidente que desempenhou um protagonismo no comportamento das pessoas para com o meio ambiente.

A forma como se observa o tema advém da concepção filosófica judaico-cristã, na qual diferentemente das outras criaturas, o ser humano foi feito à imagem de Deus, “herdando” o direito de assumir certa liderança diante do mundo, e sobretudo para com os outros seres.

Essa concepção ocidental da relação homem X natureza possibilitou o advento dos modernos parques tecnológicos, e o desenvolvimento de técnicas agrícolas, tornando maior a ilusão humana de domínio sobre a natureza.

Já no outro lado da Terra, destacando-se a cultura oriental, a ideia de mundo produzia atitudes bem diferentes. No budismo, por exemplo, alguns aspectos da Terra são tidos como manifestações divinas: as montanhas eram o corpo, as rochas, os ossos e a água era o sangue.

Essa ideia budista de se alcançar a felicidade através de um mínimo de consumo, é totalmente divergente com a ética ocidental, que associa o aumento do consumo a uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, embora a cultura de algumas partes do Oriente exista essa visão diferente acerca do meio ambiente, houve uma recente expansão do capitalismo monopolista, nas últimas décadas, que promoveu uma degradação considerável dos elementos da natureza, e a China é o exemplo mais emblemático nesse sentido.

No livro “Ecologia e Política no Brasil”, o professor Eduardo Viola destaca alguns dos efeitos negativos desse uso descontrolado da natureza:

(...) destruição do solo através de seu uso abusivo, provocando erosão, inundação e alteração do clima; ameaça à vida biológica nos oceanos, lagos e rios devido à poluição de suas águas; poluição atmosférica com vapores prejudiciais; criação e produção de armas com poderes absolutos de destruição de qualquer forma de vida; e concentração de atividades industriais e comerciais em áreas superlotadas (...). (VIOLA, 1987, p. 66)

Essa realidade se reflete em catástrofes que ameaçam concretamente o planeta, como o efeito estufa, o enfraquecimento da camada de ozônio e a diminuição da fauna e

da flora.

Tudo isso leva a crer que os benefícios conquistados nos últimos tempos, devido ao desenvolvimento do conhecimento humano nos mais diversos setores, vêm sendo anulados diante da degradação social e ambiental.

É a partir da metade da década de 60 que o movimento ambiental começa a tomar corpo, este momento foi caracterizado pela “revolução ambiental” nos EUA e pelo aparecimento da consciência contra a cultura consumista que consolidou-se através de movimentos populares, que questionavam os valores da sociedade industrial.

Nesse momento, as classes com maior nível educacional da população começaram a demandar qualidade de vida<sup>2</sup>, deixando o consumo exacerbado de lado dando preferência a satisfação das necessidades materiais básicos. Esse contexto foi motivado principalmente pela consideração de que os avanços científicos tecnológicos trariam malefícios ao meio ambiente.

Já na década de 70, essa preocupação amplia-se para a Europa Ocidental, Japão, Canadá, Austrália. Na década de 80 observa-se a mobilização da Europa Oriental, União Soviética, América Latina e sul e leste da Ásia.

Nesta etapa, começam a aparecer movimentos como: organizações governamentais; alianças comunitárias; círculos acadêmicos que pesquisam as questões ambientais, que se consolidaram com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro.

Também surgem articulações do setor produtivo, com o engajamento das áreas de gerência e administração, que começa a se preocupar com a eficiência no uso dos recursos naturais energéticos, diminuição da geração de poluentes e no controle total de qualidade de seus produtos.

A sociedade civil também se engaja constituindo um mercado consumidor verde, que busca alimentos da agricultura orgânica, veículos e eletrodomésticos com alta eficiência e menos poluidores, recipientes que possam ser reutilizados, em suma,

---

<sup>2</sup> O termo qualidade de vida surgiu com o aparecimento das primeiras grandes ações que visam à preservação do meio ambiente. Conceito avalia as condições da existência do ser humano em relação ao ambiente que o cerca. A qualidade de vida representa algo mais que um nível de vida particular mais elevado, pois pressupõe uma infraestrutura social pública capaz de atuar em benefício do bem comum e manter limpo o meio-ambiente. Resultado da máxima disponibilidade da infraestrutura social pública para atuar em benefício do bem comum (condições gerais de habitação, saúde, educação, cultura, alimentação, lazer, etc.) e para manter o meio adequado à reprodução e desenvolvimento da sociedade, respeitando a capacidade de reposição dos recursos naturais; meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida; nesse caso não se refere ao nível de vida privado.

produtos produzidos de maneira sustentável, com tecnologias limpas e de matérias-primas produzidas a partir do conceito de sustentabilidade.

Foram estes segmentos que começam a formar o movimento ambientalista no mundo e se incubem de espalhar esses novos valores em seus respectivos círculos sociais, tornando este processo bastante capilarizado e multissetorial, partindo do princípio de que a civilização contemporânea é insustentável, a médio e longo prazo devido ao acelerado crescimento populacional; falta de planejamento na utilização dos recursos naturais; sistemas produtivos que usam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; sistema de valores que dão margem ao consumo de bens materiais sem consciência.

Quando se fala em justiça social planetária, pretende-se melhorar o padrão de vida dos países pobres, o que implica em última análise, em um aumento do consumo médio de energia per capita. Mas se todas as sociedades adquirirem as mesmas condições de vida de um cidadão norte-americano, o sistema ecológico não suportaria essa nova pressão, e o planeta entraria em colapso. No atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do Primeiro Mundo definitivamente é insustentável e não-generalizável ao conjunto da humanidade. No atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do Primeiro Mundo definitivamente é insustentável e não-generalizável ao conjunto da humanidade. (LAYRARGUES, 1997, p. 5)

O movimento ambiental acabou dando margem ao chamado socioambientalismo, formado não só pelos vários setores citados, mas também por outros movimentos sociais que relacionaram seus objetivos às questões ambientais. Sendo que até os dias atuais o ambientalismo vem promovendo a participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos naturais, principalmente através da educação ambiental e da mídia.

### 3. HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NO MUNDO

Na metade do século XX a degradação do meio ambiente deixa de ser restrita a círculos acadêmicos e ganha o conhecimento de diversos setores da sociedade, nascendo então o movimento ambientalista que se disseminou em diferentes correntes.

Essa agitação ambiental caracterizava-se como uma ação de rompimento da cultura de produção capitalista, havendo diversas manifestações sociais como Woodstock, nos Estados Unidos, e revolta estudantil em Paris, França.

Nesses e em outros países do mundo, aconteceram revoluções que mudaram a forma da linguagem e outros códigos constituídos, propondo novos estilos de agir, pensar e sentir, tentando pôr em prática outros princípios de arranjos sociais contrários aos da ordem vigente, que se baseava no materialismo, no desenvolvimento e na industrialização desenfreada.

É neste contexto que o movimento ambiental caracterizou-se como uma forte agitação de contracultura, atuando contra conceitos da época como preconceitos morais e culturais, além realizar intensas críticas às instituições da sociedade, indo contra, não só ao capitalismo, como também ao modo de vida estabelecido por esse sistema tipicamente ocidental.

O ambientalismo começou a se tornar um movimento social principalmente na Europa Ocidental por autores neomarxistas ou radicais ecologistas. Segundo este enfoque, as transformações na estrutura social, como a expansão do setor de serviços que absorve mão de obra qualificada, favoreceu a aparição de novos movimentos sociais (pacifistas, antinucleares, feministas, ambientalismo de recusa<sup>3</sup>, ecologismo) que questionam o capitalismo com enfoque diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização do poder.

Essas demonstrações pacifistas deram origem aos *hippies*, a vertente menos radical surgida do ambientalismo, considerada a mais doce. Eles se opunham à Guerra do Vietnã, à industrialização, à ciência e ao estilo de vida moderno consumista e

---

<sup>3</sup> O termo ambientalismo de recusa foi utilizado no início do movimento ambientalista para expressar uma forma de ver o mundo em que não se acreditava ser possível viver ecologicamente na sociedade industrial. Isto implicava distanciamento político e, até mesmo, isolamento social – vida em comunidades alternativas – de seus integrantes que não acreditavam que fosse possível eliminar o individualismo, a competitividade e o produtivismo no interior das sociedades capitalistas. O ambientalismo de recusa foi considerado uma visão ingênua, romântica e pouco viável, já que as comunidades alternativas não são solução para o conjunto da humanidade.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000100005&script=sci_arttext)  
Acessado em: 10/04/2014



defendia uma vida campestre e comunitária sob o lema “Paz e Amor”. Os hippies representaram à vertente antiprogressista do movimento ambientalista.

É na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos que se encontram as agitações mais desenvolvidas do mundo em torno do tema meio ambiente, à época, havendo diversas diferenças entre eles e por isso se agrupam de muitas formas no que diz respeito às suas identidades, adversários e objetivos.

No que tange a mudanças de padrões e opiniões pode-se apreciar que em seu começo o ambientalismo contracultural era um tanto quanto radical, apoiado na ânsia pela redução populacional da Terra, pois apenas assim se poderiam continuar as metas de desenvolvimento com respeito à natureza. A política de acumulação de lucro que proporcionava um padrão de vida cada vez mais elevado deveria ser totalmente repensada.

Diante desta configuração os ecologistas radicais criaram uma intensa ligação entre a ação ambiental e revolução cultural aglutinando as questões ecológicas, o espiritualismo, o feminismo, táticas de guerrilha, entre outros, num movimento crescente de conscientização que gera a quebra de um paradigma, demonstrando a problemática ambiental para opinião pública e incentivando tal discussão de forma abrangente nos campos universitários e de pesquisa.

Contudo, como pontua Viola (1996), o movimento ambiental não configura um movimento interligado e homogêneo. A partir daí, passaram a existir tantos discursos envolvendo o meio ambiente que se tornou infactível juntá-los dentro de um só movimento, o que originou uma descentralização multiforme.

Obviamente devido a essas inúmeras divergências entre os grupos ambientalistas geraram-se graves conflitos entre eles, contudo as diferenças estão mais relacionadas a questões de aprimoramento das táticas, prioridades e tipo de linguagem, do que em relação ao tema central de atrelar a defesa da natureza a novos valores humanos, como ressalta o autor Manuel Castells:

Eles procuram, em sua maioria, corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e o seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Além disso, visam o equilíbrio do sistema social humano com o resto do ecossistema, envolvendo-o com toda a natureza, e encaixando-o numa dinâmica evolucionária. (CASTELLS, 1999, p. 143)

Essa divisão entre as ideias relacionadas ao movimento ambiental é um tanto complexa. Entretanto, autores, como Castells (1999) e Viola (1996), tentam analisar essa gama de valores e visões, esquadrinhando e classificando os diferentes tipos de movimentos ambientais no âmbito internacional, bem como definir as principais divergências nos jogos da política internacional.

Castells (1999) ressalta que a diversidade existente nas ações coletivas, políticas e nos discursos incorporados do movimento ambientalista como um fator que impossibilita a criação de uma unidade no movimento. Aponta, também, que tal discordância, entre teorias e práticas inerentes ao movimento de caráter fundamentalmente descentralizado e multiforme, representa uma ferramenta eficaz de influência e penetração no cenário global. Para apresentar tal contexto, o autor expõe alguns dos principais grupos globais de influência do movimento ambiental de acordo com sua tipologia:

O segmento do movimento ambientalista de preservação da natureza, tendo como representante mais influente o chamado “Grupo dos Dez”, fundado a partir de organizações como o “Sierra Club”, nos EUA, apresenta formas pragmáticas de ação voltada para a defesa da vida selvagem, dentro de parâmetros considerados razoáveis, sobre o que pode ser conquistado, mediante o atual sistema econômico e institucional. Tem como adversários o desenvolvimento desenfreado e os órgãos governamentais não eficientes.

Atuam em nome e por meio de instituições, formando lobbies com significativa habilidade e força política, praticando movimentos de coalizões e não concordando com ideologias de tons radicais ou sensacionalistas, optando por se alinhar com a opinião pública internacional.

Já o segmento que se propõe à mobilização de comunidades locais em defesa de seu espaço preocupa-se basicamente com temas mais imediatistas sobre a degradação ambiental, como o lixo tóxico, por exemplo. Em virtude desse enfoque, caracteriza-se como um dos segmentos do movimento ambiental de maior expressão e que obteve expansão mais rápida nos últimos anos.

Ainda que represente movimentos de caráter local, não configura um movimento localista, prega a qualidade de vida, posicionando-se de forma contrária a interesses burocráticos ou corporativos, defendendo a democracia local, o planejamento urbano responsável e o senso de justiça em relação à distribuição do ônus gerado pelo desenvolvimento urbano e industrial.

Os movimentos de contracultura, das décadas de 60 e 70, inspiraram-se no ambientalismo como tentativa de formar um padrão de vida, segundo regras diversas e contrárias às normas constituídas pela sociedade. Seguem os princípios de submissão única e exclusiva às leis da natureza acima de qualquer instituição criada pelo homem.

Tal ponto de vista deu origem, na década de 70, ao “Earth First!”, organização que nasceu no Novo México por ecologistas de vertentes radicais e extremistas, que pregam a insubordinação civil e a chamada sabotagem ecológica contra as formas de agressão à natureza.

Os movimentos de contracultura são considerados como uma das vertentes de maior militância, através de grupos e tribos de ação de caráter descentralizado, como por exemplo, organizações de proteção aos animais utilizados em pesquisas.

O ecofeminismo caracteriza-se pelo princípio do respeito absoluto pela natureza, como fundamento para libertação tanto do patriarcalismo como do industrialismo, acreditando que as mulheres sofrem da mesma violência patriarcal infligida à natureza.

Os movimentos apresentados, até agora, demonstram formas diversas de atuação, passando da guerrilha ao espiritualismo, da ecologia profunda ao ecofeminismo e aos ecologistas radicais, estabelecendo um elo entre ações ambientais, através da revolução cultural, criando, assim, um alvo abrangente de influência no cenário global.

No que diz respeito a movimentos de alcance internacional, pautados para a salvação do planeta, o *Greenpeace* (1971) se apresenta como seu maior representante, tornando as questões ambientais populares, agindo sem violência e atingindo níveis globais por meio de ações diretas utilizando a mídia para popularizar suas lutas.

Apresentando um estilo fortemente pragmático, a ONG identifica as principais questões relativas à sustentabilidade do meio ambiente, através da investigação, informação e ferramentas técnicas, propondo-se a desenvolver um conjunto de metas sólidas, agindo de forma a chamar a atenção da mídia, espalhando seus valores para o grande público, de forma a realizar pressão em empresas, governos e instituições internacionais para tomarem medidas cabíveis; e evita publicidade negativa.

O *Greenpeace* possui uma organização centralizada, entretanto corresponde a uma rede mundialmente descentralizada, presente em mais de 30 países, que se encarrega da coordenação de campanhas globais.

Por fim, tem-se a política verde que representa necessariamente uma estratégia específica no universo político em prol do ambientalismo, formando frentes partidárias em vários países do mundo e, tendo a Alemanha como um país pioneiro na inserção das

questões ambientais em seu sistema político.

Essa entrada formal na política foi um dos mecanismos utilizados pelo movimento ambiental para conseguir maior visibilidade na sociedade e maior participação e articulação visto que a regulamentação partidária, que pôs fim ao caráter radicalista com o qual era identificado.

O Partido Verde Alemão, fundado em 1980, foi o que obteve maior destaque sendo criado a partir da junção de movimentos populares formados por jovens e pela classe média com formação superior.

Suas reivindicações não passavam apenas pelas questões ambientais, mas também fazia um discurso pela paz, defendendo a revolução sexual, e sendo contrário à produção de armas nucleares. Além de também pregarem a liberdade individual e a democracia.

Então o movimento ecológico tem a capacidade de incorporar lutas como estas, podendo questionar de uma forma mais ampla, os meios de vida presentes, ou seja, transcende outros movimentos, visto sua possibilidade de aprofundar o problema da crise no modo de vida que já vinham sendo revelados.

Sendo assim, esse movimento abriu uma lacuna na sociedade para se discutir a vida urbana, as instituições sociais, políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, revelar novas práticas e atividades criadoras.

Para Cornelius Castoriadis (1981) o movimento ecológico elevou as discussões para outra dimensão:

(...) o esquema e a estrutura das necessidades, o modo de vida. E isto constitui uma superação capital daquilo que pode ser visto como o caráter unilateral dos movimentos anteriores. O que está em jogo no movimento ecológico é toda a concepção, toda a posição das relações entre a humanidade e o mundo, a questão central e eterna: o que é a vida humana? Viemos para fazer o quê? (CASTORIADIS, 1981, p. 24)

O ambientalismo apresenta-se, no cenário mundial, de forma altamente heterogênea, como foi mostrado acima, disseminando correntes de pensamento e planos, muitas vezes antagônicos e, em função dessa diversidade de visões, consegue atingir as mais variadas frações da sociedade.

Contudo, entre essa grande variedade de correntes de pensamento e de formas de ação, podem-se identificar movimentos e partidos inseridos no contexto global que

defendem a instituição de caminhos voltados para a governança global, como forma de garantir que o crescimento econômico e o acelerado processo da globalização estejam de acordo com as formas socioambientais no cenário internacional.

Com o alto grau de industrialização nas metrópoles dos países centrais e a utilização de produtos químicos na agricultura começaram a alardear as populações urbanas e rurais. Altos índices de poluição de rios, do ar e o desmatamento começaram a ser percebidos pela população trazendo à tona a necessidade de se pensar em outro modo de organização social.

Neste momento a preocupação com a conservação ecológica começa a expressar uma repulsa aos altos índices de poluição já registrados. Em 1962 uma sequência de desastres ambientais começou a ocorrer em diversas partes do mundo, como a contaminação da baía de Minamata, no Japão, em que centenas de pessoas foram envenenadas por mercúrio depois de comerem peixes.

Nesse período, ocorreu uma densa transformação na atitude dos americanos a respeito da necessidade de normas ambientais federais, gerada pela obra *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, bióloga marinha norte-americana que acendeu na classe política a necessidade de tomadas de ações. Publicado em 1962, o livro, anunciou o rito de abertura para um novo momento na história humana: o da inquietação com os rumos do desenvolvimento característico da sociedade industrial.

“Primavera Silenciosa” relata os efeitos da má utilização dos pesticidas e inseticidas químico-sintéticos (DDT), alertando sobre as consequências danosas de inúmeras ações humanas sobre o ambiente.

Carson (1962) iniciou o debate sobre o custo ambiental dessa contaminação para o homem. Já nessa época, apontava para os prejuízos do uso de produtos químicos no controle de pragas e doenças, advertindo que estava interferindo nas defesas naturais do próprio ambiente.

A autora afirma que a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares com materiais perigosos ou mesmo letais é o mais alarmante ataque do ser humano ao meio ambiente, sendo os produtos químicos raramente identificados e absorvidos pela própria natureza. (CARSON, 2010, p. 22)

O livro causou muita polêmica à época e foi duramente atacado pelos executivos da poderosa indústria química norte-americana, além do próprio governo, que a acusa de provocar alarmismo entre a população.

Em 2000, a Escola de Jornalismo de Nova York consagrou “Primavera

Silenciosa” como uma das maiores reportagens investigativas do século XX. Já em dezembro de 2006, premiando a memória e o legado de Rachel Carson, o jornal britânico *The Guardian* conferiu a ela o primeiro lugar na lista das cem pessoas que mais contribuíram para a defesa do meio ambiente de todos os tempos.<sup>4</sup>

Os movimentos ambientalistas pioneiros foram motivados pela contestação às contaminações das águas e do ar dos países industrializados. Percebeu-se que resíduos industriais podiam penetrar na cadeia alimentar e além de matar, também causar deformações físicas em larga escala.

Por causa da pressão dos movimentos ambientalistas da época começou uma fase de cuidados com o meio ambiente, como a descontaminação do rio Tamisa, em Londres, na época declarado biologicamente morto pelos cientistas, além de cuidados com o ar da cidade. Essa fase pioneira de cuidados com o meio ambiente é chamada de a década da conscientização.

Dentre os grupos que foram surgindo, Gerret Hardin e o casal Ehrlich foram expoentes do movimento ambientalista conhecido como neo-malthusianismo, embasados na teoria do economista Thomas Robert Malthus, que em 1978 publicou um ensaio pioneiro sobre o estudo do crescimento das populações e como isso afeta o desenvolvimento futuro da sociedade humana.

Eles se apoiavam em teorias, como a do bote salva-vidas, segundo a qual se em um bote cabem dez pessoas, dez pessoas podem se salvar, enquanto uma décima primeira pessoa do bote colocaria em risco a vida de todas as demais.

Em sua concepção, a décima primeira pessoa do bote representaria os países em processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Propunham, portanto, a necessidade do controle populacional como forma de conter a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida.

Atribui-se a esse mesmo pensamento a adoção em países subdesenvolvidos, nos anos 70, inclusive no Brasil, de políticas de esterilização de mulheres provenientes de comunidades carentes.

Esse movimento ansiava pela redução da população humana na Terra, pois somente assim poderia se desenvolver e respeitar a natureza. As políticas deveriam ser

---

<sup>4</sup> A primavera silenciosa de Rachel Carson, disponível em, <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=42&secao=536&mat=565>, acesso em 18/11/2014.

repensadas, assim como a confiança em um estilo de vida cada vez mais elevado dado pelo consumo e acumulação de lucro.

Neste contexto surgem na década de 70 duas importantes contribuições para a possível solução do problema ambiental: a dos zeristas e a dos marxistas. Os zeristas estavam respaldados pelo Clube de Roma, que teve como principal articulador o italiano Aurélio Peccei, executivo da Fiat e Olivetti e diretor da Italconsult, empresa de consultoria econômica para países em desenvolvimento.

Esse grupo, que era formado por 30 intelectuais, se baseava em projeções computacionais sobre o crescimento exponencial da população e do capital industrial, tendo como resultado final o esgotamento dos recursos naturais, poluição ambiental e fome. Em seus estudos eles preconizavam o problema das mudanças climáticas, da desertificação dos solos, da degradação do ambiente marinho e da devastação de florestas, que só receberiam atenção da mídia muitos anos seguintes.

O Clube de Roma, através de uma cooperação com especialistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), organizaram o primeiro relatório de impacto ambiental reconhecido pelo mundo, o *The Limits to Growth* (Os Limites para o Crescimento), que propunha o crescimento zero, isto é, o ser humano deveria garantir apenas as condições básicas para sua sobrevivência.

Este documento entusiasmou os debates ocorridos na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo), em 1972, primeira reunião internacional sobre o meio ambiente.

O relatório pesquisava o que se chamou de cinco principais preocupações globais, sendo elas a industrialização acelerada, acelerado crescimento populacional; escassez de alimentos; deterioração dos recursos não renováveis; degradação do meio ambiente.

Na Conferência de 1972 emergiram as contradições ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente. As discussões contaram com a presença de 113 países e mais 400 instituições governamentais e não governamentais.

O encontro ficou marcado pela disputa do “desenvolvimento zero”, defendido pelos países desenvolvidos; e o “desenvolvimento a qualquer custo”, defendido pelas nações subdesenvolvidas.

Na conferência de Estocolmo foram abordados temas como a chuva ácida e o controle da poluição do ar. Após longos discursos e apresentações de pesquisas, foi concebido um importante documento relacionado aos temas ambientais, de preservação

e uso dos recursos naturais, isso em esfera global.

Essa conferência foi muito importante, pois pela primeira vez o mundo se direcionou para o volume da população absoluta global, a poluição atmosférica e a intensa exploração dos recursos naturais.

Os estudos diagnosticavam que num prazo de cem anos, caso os mecanismos de produção e consumo continuassem iguais, se chegaria ao limite de crescimento possível na Terra. Contudo um estado de equilíbrio global seria possivelmente atingido, porém se houvesse uma mudança ideológica, que garantisse que cada ser humano do planeta supriria somente suas necessidades básicas de consumo.

Se se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial. (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1972, p. 40-41).

A partir de tal proposta, iniciou-se um intransigente debate a respeito da relação conflituosa entre desenvolvimento e preservação ambiental. Durante a conferência, cientistas do chamado Terceiro Mundo argumentavam que este seria o maior prejudicado, pois experimentava o progresso tardiamente.

Discursos entusiasmados por parte de membros da classe científica dos países subdesenvolvidos acusavam seus colegas nos países desenvolvidos de camuflar, por meio de uma retórica ambientalista, o desejo de congelar as condições de desenvolvimento dos países mais pobres.

No contexto da Guerra Fria, que vivenciava a descolonização dos países afro-asiáticos e a ênfase no desenvolvimento, a própria ideologia da modernização era objeto de barganha política nas relações entre as superpotências e os países subdesenvolvidos.

Portanto, este sacrifício quanto a contenção no uso de recursos para a industrialização e ao controle populacional, recairia necessariamente sobre os países pobres. Entre estes, Brasil, China, e Índia apresentavam altos índices de crescimento e se tornaram objeto de debates quanto à viabilidade dos modelos de desenvolvimento adotados.

O legado da Conferência de Estocolmo tem um amplo alcance. Além da conscientização do público para a gravidade dos problemas ambientais, o encontro



propiciou forte discussão sobre o aprofundamento das distâncias entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e gerou questionamentos sobre modelos de crescimento no campo da criação e fortalecimento das instituições que a Conferência tenha produzido os maiores êxitos.

Os conferencistas produziram uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação acerca de seis áreas: desenvolvimento, habitat humano, aspectos educacionais, poluição, administração de recursos naturais e organizações internacionais.

Como consequência direta foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com a missão de coordenar as atividades das demais agências da Organização das Nações Unidas (ONU), pertinentes ao meio ambiente, facilitar as negociações ambientais, ajudar no aprimoramento da capacidade institucional dos países, auxiliar na formação de um consenso científico sobre problemas e possíveis soluções.

Nos anos que sucederam a Conferência e Estocolmo, muitos Estados buscaram adaptar suas instituições e legislações os princípios e recomendações acordados em 1972.

### **3.1 Movimento Ambiental no Brasil**

No Brasil o movimento ecológico emerge na década de 1970, época da ditadura militar que eliminou diversos movimentos como o sindical e o estudantil. A economia que era e sempre fora latifundiária, abriu as portas do país para o capital estrangeiro e, apostando em um plano técnico-econômico desenvolvimentista, deixou de lado as preocupações para com as questões sociais e ambientais.

As elites dominantes não tinham por tradição respeito, fosse pela natureza ou pelos que nela trabalhavam. Quanto ao latifúndio, bastava o desmatamento e a acréscimo da área cultivada para se obter o aumento da produção e isto levou a um costume de pouca consideração pela conservação dos recursos naturais.

Em 1972 com a primeira grande Conferência Ambiental, em Estocolmo, na Suécia, a diplomacia brasileira coliderou com a China a aliança dos países periféricos que eram contra reconhecer a importância dos movimentos ambientais, pois se baseava numa forte dilapidação dos recursos naturais, que eram considerados infinitos, para a instalação de complexos industriais muito poluentes e na demasiada exploração de uma mão de obra barata e desqualificada.

Neste contexto vários centros químicos e petroquímicos se estabeleceram em zonas litorâneas altamente populosas, como o Rio de Janeiro.

No mesmo sentido, o grande crescimento da agroindústria levou a um aumento significativo de uso de inseticidas e pesticidas, além de gerar uma enorme desigualdade social no campo, levando ao êxodo rural das populações que iam ficando sem ter como sobreviver no campo.

Exatamente por ainda não ter despertado a consciência ambiental, nesta década, o Brasil foi um dos principais receptores de indústrias poluentes transferidas do Norte em função do avanço da pressão das populações e dos movimentos ambientais que havia nesses países.

A premissa ecológica que veio dos países de Primeiro Mundo esteve marcada pelo “não” a contaminação pelas indústrias, não ao crescimento demográfico, não ao excesso de consumo e industrialização desenfreada. Mas na América Latina, que buscava competir no mercado e alcançar os países desenvolvidos, havia uma ânsia pelo desenvolvimento, a industrialização e ao consumo.

Isto causou uma forte aversão às ideias ecológicas, como se essas fossem apenas um discurso de fachada que na realidade objetivavam impedir o desenvolvimento e a possibilidade de competição da nação brasileira no mercado. Assim, eram colocados em lados opostos o fato de se querer preservar recursos naturais enquanto a miséria atingia milhões de pessoas nesses países.

A delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o Ascenso dos países em desenvolvimento. (VIOLA, 1987)<sup>5</sup>

Devido ao modelo econômico insustentável e à transição política pela qual o Brasil passava, a ditadura foi obrigada a ceder, recomeçando um novo período de democracia.

Chega-se, assim, nos anos 80, conhecido como década perdida, marcada por densa divisão no meio da burguesia nacional, pela falta de um projeto para o país e uma intensa luta social pela democratização e pela inclusão social e trabalhista.

---

<sup>5</sup> [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm) Acessado em: 01/11/2014

O estrangulamento das finanças públicas, face ao esgotamento do padrão de financiamento da economia baseado na poupança externa, impôs o fim do modelo de substituição de importações.

A política econômica brasileira passou a convergir para a estratégia de ajustes através, principalmente, da política cambial e monetária, tendo em vista a geração de divisas para o pagamento dos crescentes compromissos da dívida e da contenção da demanda.

Com a intervenção direta do Fundo Monetário Internacional na gestão da política econômica brasileira, objetivando evitar a solução de continuidade no pagamento dos encargos da dívida. Como resultado teve-se que enfrentar um longo período de recessão, articulado com alta inflação e diversos acordos com os credores internacionais.

Devido à ditadura, o Brasil possuía poucas associações que realizavam ações de denúncia e conscientização pública de estatura local. No final do período, com a anistia, retornaram ao Brasil, diversos exilados políticos que vivenciaram os movimentos ambientalistas europeus e que deram um enorme enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro. Assim, algumas campanhas de estatura regional ou mesmo nacional foram organizadas e o número de grupos engajados na luta ambiental.

A conscientização da população sobre as questões ambientais, assim como nos países do norte, transformou o ambientalismo na segunda metade da década de 80, em um movimento multissetorial e complexo, que se constituiu pelas associações e grupos comunitários ambientalistas; agências estatais de meio ambiente; socioambientalismo constituído por ONGs, sindicatos e movimentos sociais; grupos e instituições científicos que realizam pesquisas sobre a temática ambiental; setores do empresariado que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério de sustentabilidade ambiental.

Este também foi um período de transformações na legislação ambiental brasileira, havendo grandes avanços no que diz respeito à descentralização de poder e conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Em 1981 foi sancionada a lei nº 6.938 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente visando acionar Estados e Municípios como executores de medidas e providências. Além disso, a Constituição avaliou toda a legislação ambiental no país, inclusive a necessidade de intervenção da sociedade civil nas decisões e discussões.

### 3.2 Desenvolvimento sustentável

Passada a Conferência de Estocolmo (1972), primeira grande reunião internacional para debater o Meio Ambiente Humano, onde foi produzida e aprovada a declaração sobre o ambiente humano com o a intenção de constituir uma visão global e princípios comuns, o mundo que acaba de passar pela crise do petróleo, começou a refletir acerca do futuro, que se apresenta incerto.

Muitos Estados procuraram adequar suas instituições e legislações aos princípios e recomendações acordados em 1972. Com isso, foram criadas agências e ministérios do meio ambiente que desempenham até hoje forte papel na diplomacia ambiental global.

Também foram desenvolvidos órgãos de monitoramento global, que atuam em áreas como redução da camada de ozônio e degradação marítima. Por fim as organizações não governamentais, que já tinham uma atuação proeminente durante a Conferência, teriam extraordinária expansão em número, atividades e eficácia nos anos subsequentes.

Em contrapartida países do Terceiro Mundo encontravam-se numa assoladora crise econômica, com moratórias de dívidas e entrando em graves processos de inflação e recessão.

Neste contexto a recuperação econômica tinha prioridade e estava na ordem do dia das políticas governamentais. Nesse processo, foram configurados os programas neoliberais de inúmeros países, paralelamente a isso aumentavam os problemas relacionados ao meio ambiente, como consequência de uma sociedade protagonizada pelo modelo de modernidade em que predominava o desenvolvimento industrial tecnológico sobre a preservação da natureza.

Novos problemas ambientais foram surgindo no horizonte e alguns problemas antigos pareciam ter-se aprofundado. Logo no início da década de 1980 houve denúncias de que a camada de ozônio estava se afinando e até mesmo apresentando falhas que deixavam extensas áreas do planeta desguarnecidas às radiações solares, condição que afetava fortemente os países desenvolvidos, mais vulneráveis às doenças de pele e oftalmológicas provocadas pela incidência de raios solares.

Ao mesmo tempo começavam a vir a público as divulgações sobre as pesquisas a respeito do “efeito estufa”, que apesar de existir em condições naturais, tem sido exacerbada pela ação humana.

O fenômeno corresponde, sinteticamente, à elevação de temperaturas

consequentes ao aprisionamento de certos gases, em especial o CO<sub>2</sub>, nas camadas inferiores da atmosfera. As altas temperaturas causam alterações no ciclo da natureza, podendo acarretar uma série de desastres como: derretimento das calotas polares, inundações, secas, furacões e até desaparecimento de espécies da Terra. Os verões de intenso calor no hemisfério Norte nos anos 1988-89, ocasionando inclusive óbitos, vinham confirmar as mais apocalípticas previsões científicas.

Em 1986, o acidente com a usina russa de Chernobyl, cujas terríveis consequências são sentidas até hoje, evidenciaram a falta de transparência dos governos para lidar com graves desastres ambientais e a carência de recursos e preparo para lidar com seus efeitos.

Na Europa, negociações para combater os efeitos da chuva ácida que, originando-se muitas vezes na Alemanha e nas porções centrais do continente estendia-se até a Escandinávia, se intensificaram.

Com o fim do bloco socialista evidenciou-se, também, a degradação ambiental no Leste Europeu resultante da superexploração de recursos, e também das deficientes condições de segurança de diversas instalações nucleares.

No caso do Brasil podem-se citar as inúmeras queimadas na região amazônica, que, criavam a ideia de que o país estava destruindo o “pulmão do mundo”, provocando reações fortíssimas de organizações não governamentais e líderes políticos.

Na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorriam críticas à falta de integração entre as várias agências e à falta de eficácia dos programas ambientais em andamento demandavam a necessidade por um novo fórum de discussão.

Em 1983, a ONU convocou uma comissão de especialistas, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório à Conferência das Nações Unidas, a “Rio 92”, foi articulado um relatório que foi chamado “Nosso Futuro Comum” (Relatório de Brundtland), consolidando a expressão “desenvolvimento sustentável” a partir de estudos a respeito das mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade diante do caos social e ambiental pelo qual o mundo passava a partir da segunda metade do século.

Este documento contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, abastecimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano.

Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Esta Comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Esse relatório, Nosso Futuro Comum, não é uma previsão de decadência pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. Mas a esperança da Comissão em relação ao futuro está condicionada a uma ação política decisiva que deve ser empreendida já, para que se comece a administrar os recursos do meio ambiente no intuito de assegurar o progresso continuado e a sobrevivência da humanidade. Não prevemos o futuro: apenas transmitimos a informação – uma informação urgente, baseada em evidências científicas mais recentes e mais abalizadas – de que é chegado o momento de tomar as decisões necessárias a fim de garantir os recursos para o sustento desta geração e das próximas. Não temos a oferecer um plano detalhado de ação, e sim um caminho para que os povos do mundo possam ampliar suas esferas de cooperação. (CMMAD, 1991, p. 1-2)

O Relatório de Brundland avalia que a pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve dar prioridade ao atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de qualidade de vida para a população. A pobreza passou a ser analisada como um problema ambiental e como um item essencial para a busca da sustentabilidade.

Outro conceito bastante discutido pelo relatório foi o de “equidade” como premissa para que haja a participação ativa da sociedade na tomada de decisões, por meio de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano.

Sobre as demandas urbanas foi ressaltada a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político favorecer as cidades em escala local.

No que se refere aos recursos naturais ficou estabelecido noções de limitações

que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente impedindo-o de atender as gerações presentes e futuras, ou seja a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados as atividades produtivas.

Entre esses objetivos estão retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar da tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões. (CMMDA, 1991, p.59)

Contudo para Enrique Leff (2001), o termo abrange as condições ecológicas e termodinâmicas como produtos que se adéquam a racionalidade capitalista, ou seja, criam números e valores para coisas que não podem ser produzidas pelo homem e nem se curvar ao seu ritmo e que, portanto não podem ser vendidas.

A dinâmica delas deve ser preservada e sua utilização deve ser feita em função dessa dinâmica. Para ele o desenvolvimento sustentável acha que somente estipular preços no mercado produzirá assim uma situação sustentável.

Por exemplo, pretende-se que as populações indígenas valorizem seus recursos naturais e culturais como capital natural, que aceitem uma compensação econômica pela cessão desse patrimônio às empresas transnacionais de biotecnologia e seriam essas as instâncias encarregadas de administrar racionalmente os “bens comuns” em benefício do equilíbrio ecológico. (LEFF, 2001, p. 17)

Assim, o desenvolvimento sustentável se demonstra como apenas uma estratégia de sedução que faz uso de discursos da pós-modernidade que se fundamentam na reintegração do ser humano à natureza obedecendo às regras da racionalidade do capital, criando formas mais sutis de exploração do trabalho e de se apropriar dos recursos naturais.

Em 1988, com toda a discussão a respeito do Relatório de Brundtland, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que motivava a realização de uma conferência sobre os temas ambientais, para analisar os avanços conseguidos desde Estocolmo.

A Resolução 44/28, de dezembro de 1989, convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD) para o mês de junho de 1992, e o Brasil ofereceu o Rio de Janeiro como sede do evento.

A “Rio 92” foi um marco histórico do processo de discussões sobre o desenvolvimento sustentável, o evento reuniu cientistas, políticos, diplomatas, a imprensa e representantes de organizações não governamentais (ONGs) de 179 países.

A pauta do encontro se compunha dos temas de maior preocupação internacional que tinham maior visibilidade na mídia: mudanças climáticas, a emissão de gases que agravam o efeito estufa, a devastação de florestas, o combate à desertificação, o aumento de espécies ameaçadas de extinção e o financiamento das medidas para por em prática as decisões acordadas.

O evento conseguiu uma grande visibilidade, devido à forte presença da mídia internacional, o que possibilitou uma vasta divulgação de informações sobre as questões ambientais, saindo do circuito de debates especializados e atingindo à massa da sociedade civil.

O “Rio 92” teve como principais resultados a criação de instrumentos relevantes para a causa ambiental, como a Declaração do Rio, que enumera 27 princípios gerais de atuação em meio ambiente e desenvolvimento, Agenda 21, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, e a Declaração de Princípios sobre o uso das florestas.

As convenções-quadro sobre Mudanças Climáticas estabeleciam metas e normas para a redução de emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. A partir daí vários países desenvolvidos promoveram relatórios específicos sobre as suas emissões, vários encontros se sucederam até que, em 1997, foi estabelecido o Protocolo de Quioto, que previa uma redução de 5% nas emissões em relação aos níveis de 1990, entre 2008 e 2012.

Contudo para que as ações previstas no Protocolo sejam eficazes é de extrema necessidade a participação dos Estados Unidos, maior emissor de gás carbônico do mundo, e que se recusou a se comprometer a reduzir suas emissões, diminuir o consumo e investir intensamente nas pesquisas de energias alternativas.

Visto o acordo de que para entrar em vigor precisava-se que 55% dos países, que juntos, produzem 55% dos lançamentos de gases, o ratificassem, sendo assim ele entrou em vigor após a assinatura da Rússia, em novembro de 2004.

O artigo 25 do Protocolo, prevê que ele só pode entrar em vigor se o bloco dos desenvolvidos, representando um mínimo de 55% do total das emissões globais, fizerem sua adesão formal. A dificuldade é que apenas os EUA e a Rússia representam 53,5% do total das emissões, estimado agora em 7,7



bilhões de toneladas de gás carbônico. (CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007, p. 46)

A Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países, definiria concretamente o conceito de desenvolvimento sustentável, certificando que a sustentabilidade social, econômica e ambiental poderia ser alcançada com um esforço comum de todas as partes da sociedade.

Ela foi assimilada pelas organizações do sistema da ONU e diversas organizações internacionais, e desde então vem sendo progressivamente agrupadas às agendas de países, proporcionando transformações culturais e de valores, estimulando a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo.

Através o incentivo do *slogan*: “pense globalmente, aja localmente”, cada esfera de governo ou, de modo amplo, cada administração local, passou a atuar com sua própria agenda 21, sempre de acordo com as diretrizes gerais.

O aquecimento da Terra continuou a ser protagonista durante a década de 1990. Sendo que a principal discussão está em torno da origem antropogênica do fenômeno, se isso de fato ocorria, ou se apenas acelerava um processo natural. Essas controvérsias foram dificultando os pactos entre os Estados que, enfim, pareciam que ocorreria.

Em 2002 os impasses da cooperação entre os países em prol do meio ambiente foram levados ao continente africano com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a “Rio+10”, em Joanesburgo, na África do Sul.

O evento tinha como objetivo avaliar os avanços conquistados nesses dez anos, além de produzir metas mais ambiciosas para problemas ambientais, tais como os relacionados às mudanças climáticas, crescimento da pobreza e de seus efeitos sobre os recursos naturais, à escassez de água e de condições sanitárias mínimas em determinadas áreas do Planeta, as pressões sobre os recursos pesqueiros, à conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos da natureza, inclusive das diversas fontes de energia, diminuir a mortalidade infantil com especial enfoque ao combate à AIDS e malária, entre outros.

Mesmo com a participação de 189 países ao término da Conferência restou um clima de frustração devido a posições e declarações vagas nas discussões. O documento final da Rio+10 enfatizou bastante o combate à pobreza, tendo estabelecido como meta, até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso a saneamento básico.

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são objetivos fundamentais e requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável. O profundo abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, junto à crescente distância entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, representam uma ameaça importante à prosperidade, à segurança e à estabilidade globais.<sup>6</sup>

Já findando a primeira década do século XXI, aconteceu a 15ª Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague, COP-15, tendo como objetivo trazer ações e metas concretas para evitar o aquecimento global.

A intenção de substituir o Protocolo de Quioto, que expirava em 2012, com um acordo mais abrangente deu lugar a sensação de frustração geral, neste evento que foi o maior encontro diplomático dos últimos tempos, reunindo chefes de Estado e governo de 193 países, número sem precedentes na história das COPs.

Esperava-se que os países se comprometessem a diminuir a emissão de gases de efeito estufa segundo as recomendações científicas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (conhecido por IPCC, de Intergovernmental Panel on Climate Change), criado em 1988. Seu objetivo era usar a literatura científica para avaliar a extensão das mudanças climáticas, e compreendê-las. Outro objetivo foi avaliar o potencial da humanidade para adaptar-se às mudanças ou se contrapor a elas.

Depois de publicar relatórios de avaliação ao longo dos anos 90, o IPCC lançou, em 2007, o documento que se tornou o consenso científico sobre aquecimento. O texto, que teve em sua elaboração a participação de mais de 1.200 cientistas independentes e 2.500 revisores, concluiu que os países desenvolvidos deveriam cortar suas emissões de gases do efeito estufa em 40% até 2020 para frear a alta da temperatura do planeta no limite de 2°C. De acordo com os números do IPCC, esse era o único caminho para se evitar um descontrole climático de consequências desastrosas, imprevisíveis, apocalípticas.

Também houve a tentativa de negociar possíveis mecanismos de transferência de tecnologias dos países mais industrializados para aqueles que estão em desenvolvimento.

Contudo a COP-15 terminou com uma declaração de intenções, o “Acordo de

---

<sup>6</sup> Declaração de Joanesburgo. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_.../joanesburgo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_.../joanesburgo.doc)  
Acessado em 12/11/2014.

Copenhague”, que não propôs limites à poluição e sinalizava apenas que os países concordavam que a temperatura do planeta não pode subir mais de 2°C até o fim do século. Também se aprovou um fundo anual de 10 bilhões de dólares, até 2012, com o qual os países desenvolvidos ajudarão os mais pobres a enfrentarem problemas correlatos com as mudanças ambientais.

Apesar de todo esse sentimento de “derrota” no cenário da Conferência de Copenhague, o Brasil saiu do encontro com propostas tendo um grande avanço para a COP 15, assumindo uma meta de redução de emissões de carbono.

Mesmo com o histórico de resistir as propostas de metas vinculantes ou obrigatórias no âmbito da Convenção do Clima para os países em desenvolvimento, a delegação brasileira chegou a Copenhague com um “número” que pode apontar para o estabelecimento de um compromisso do país. Mesmo sem ser compulsório, o objetivo é mostrar interesse em alterar a curva de crescimento das emissões brasileiras até 2020.

Havia sido anunciado em 2009 que essa redução ficaria entre 36% e 39%, em relação às projeções para 2020. Ou seja, em relação ao que o país emitiria caso não tomasse nenhuma medida. O presidente Luis Inácio Lula da Silva Lula destacou que o Brasil foi ousado em estabelecer metas voluntárias e dar o exemplo de comprometimento com o combate às alterações do clima.

"Pensando em contribuir para a discussão nessa conferência, o Brasil teve uma posição muito ousada (...) apresentamos nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional transformando em lei que até 2020 que o Brasil reduzirá as emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9%", concluiu.<sup>7</sup>

De fato, apesar de a comunidade internacional considerar a COP15 um fiasco, o Brasil saiu mais forte do evento, desempenhando certo protagonismo importante nas negociações internacionais, sobretudo na agenda climática. O governo brasileiro vem mostrando seu comprometimento com as políticas internas.

Assim, no campo das ações locais, o Brasil tem evidenciado ao mundo que é viável, a possibilidade de agregar desenvolvimento com preservação ambiental, especialmente no que diz respeito ao combate ao desmatamento.

Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, apresentam que o

---

<sup>7</sup> Discurso de Lula no plenário da COP15, em Copenhague. “Acordo climático não sairá com meias palavras e barganhas”. <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,leia-na-integra-o-discurso-de-lula-na-cop-15,484275>. Acessado em 12/11/2014.

desmatamento na Amazônia legal caiu 65%. Sendo que de agosto de 2008 a julho de 2009 foram derrubados 1.766 km<sup>2</sup> de florestas, contra os 5.031 km<sup>2</sup> degradados nos 12 meses anteriores.

Em um quadro geral as taxas anuais de desmatamento vêm diminuindo. Os esforços implementados recentemente mostram o comprometimento do governo brasileiro para reduzir o desmatamento.

Nos últimos anos, o Brasil adotou uma série de iniciativas para a redução do desmatamento destacando-se o Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Fundo Amazônia, o Plano e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. São veículos importantes de apoio às iniciativas que buscam reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável na região.

A intervenção do governo contemplou, entre outras ações, a criação de 240.000 km<sup>2</sup> de novas áreas protegidas na Amazônia em regiões onde o desmatamento é mais intenso. Estima-se que, se protegidas, estas áreas poderão evitar na próxima década a liberação de aproximadamente 600 milhões de toneladas de carbono para a atmosfera.

### **3.3 Rio+20 e atualidade**

Em junho de 2012, o mundo esteve voltado para o Brasil, especialmente para a cidade do Rio de Janeiro - de 13 a 22, onde foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Ela reuniu 193 países e foi uma grande oportunidade para que todas as pessoas do mundo e do Brasil refletissem sobre o Planeta Terra.

O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Os temas principais eram “A economia verde” no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e “A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

A Rio+20 foi composta por três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, aconteceu a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reuniram representantes governamentais para negociações dos documentos adotados na Conferência. Em seguida, entre 16 e 19 de junho, foram programados os Diálogos para

o Desenvolvimento Sustentável.

De 20 a 22 de junho, ocorreram o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual foi confirmada a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas.

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi aprovado 22/06, sem alterações pelos chefes de Estado e Governo e oficialmente adotado por mais de 190 países. O texto havia sido finalizado na manhã do dia 19/06, depois de seis dias de discussões entre os negociadores.

O documento traz compromissos como o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a criação de um Fórum Político de Alto Nível Internacional e o desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza, entre outros.

Ao final da conferência, Bolívia e Equador fizeram ressalvas a alguns pontos do documento, como a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis. Ambos disseram que não vão aceitar qualquer monitoramento externo a suas políticas energéticas internas. A Bolívia também disse rechaçar o conceito de economia verde que, para o governo, é o mesmo que mercantilizar a natureza.

No seu discurso a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que, aos resultados concretos da Rio+20, soma-se um “legado intangível”, que é a mobilização de uma nova geração no Brasil e no mundo, em torno dos desafios da sustentabilidade. “Assim como em 92, [a conferência] terá efeito transformador nas gerações atuais e futuras”<sup>8</sup>.

A Presidenta cobrou dos países empenho, agora, em colocar os compromissos assumidos em prática e avançar em relação às metas definidas na conferência. “Cada país pode e deve avançar em relação aos compromissos e ir além do documento. Porém, nenhum país tem direito de ficar aquém do documento”, disse. Dilma ainda acrescentou: “Iniciamos uma caminhada que deve ser orientada por ambição”<sup>9</sup>.

Ao final da Cimeira, cientistas, especialistas, chefes de Estado e a imprensa internacional deixou uma questão no ar, se o evento foi Rio+20 (mais 20) ou uma Rio-20 (menos 20), devido ao seu resultado inexpressivo.

A Cúpula do Clima realizada em 23/09/2014, na sede das Nações Unidas, em

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/noticias/dilma-rousseff-rio20-tera-efeito-transformador-nas-geracoes-atuais-e-futuras/> Acesso em: 10/11/2014

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/noticias/dilma-rousseff-rio20-tera-efeito-transformador-nas-geracoes-atuais-e-futuras/> Acesso em: 10/11/2014

Nova York foi convocada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, convocou o encontro para engajar os países a se comprometerem com o tema, dada a necessidade de um consenso quanto ao acordo político sobre o clima.

A Cúpula do Clima terminou com o compromisso assumido por 150 países e organizações, entre os quais 28 Estados-Membros, 35 empresas, 16 grupos indígenas e 45 grupos da sociedade civil, de reduzir o desmatamento pela metade, até 2020, e zerá-lo totalmente até 2030.

O Brasil, contudo, não assinou a Declaração de Nova York durante a reunião. A informação foi confirmada pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Segundo o Itamaraty o governo brasileiro não foi convidado a participar do processo de preparação do documento, por isso não pôde se comprometer com as metas estabelecidas. O Itamaraty explicou que a carta não é um documento oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) e que, portanto, só deve ser seguido pelos signatários.

Já a assessoria do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (Unic Rio) acrescentou que a carta permanece aberta para outros países e entidades assinarem. Destacou ainda que as negociações acerca dos compromissos que os países devem assumir para combater o aquecimento global seguem até o ano de 2015, quando será realizada a 21ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-21), em Paris.

Em seu discurso na ONU a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que “(...) a redução das emissões e as ações de adaptação devem ser reconhecidas como fonte de riqueza, de modo a atrair investimentos e lastrear novas ações de desenvolvimento sustentável (...)”<sup>10</sup>, afirmou a presidenta, que defendeu que os países desenvolvidos devem ter maiores responsabilidades no combate ao aquecimento global.

Além do objetivo de acabar com o desmatamento, o documento estabeleceu outras metas, como a redução das emissões de gás carbônico de 400 milhões a 450 milhões de toneladas por ano, nos próximos seis anos, ou 2 bilhões de toneladas no total, também até 2020.

Ainda em 2014, durante a reunião do G20, em Bisbrane na Austrália, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou em 15/11, que os países do G20 têm o poder e a responsabilidade política de guiar o mundo a um caminho melhor, tendo em

---

<sup>10</sup>Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cupula-do-clima-2014-na-sede-da-onu-nova-iorque-eua> Acesso em: 10/11/2014

vista os graves desafios ambientais, de segurança e de desenvolvimento que o planeta está enfrentando.

De acordo com Ban, “as ações globais devem ser especialmente direcionadas à promoção do crescimento inclusivo e de empregos dignos, ao alcance das metas para lidar com as mudanças climáticas e ao financiamento do desenvolvimento sustentável”<sup>11</sup>. Além disso, enfatizou que a qualidade do crescimento é tão importante quanto a sua quantidade.

Para isso, os financiamentos público e privado são essenciais e o G20 deve manter os esforços para reformar o sistema financeiro global, fortalecer os sistemas fiscais, combater a corrupção e reafirmar o seu compromisso com o cumprimento da meta de 0,7% do rendimento nacional bruto para assistência oficial ao desenvolvimento.

---

<sup>11</sup> Disponível em: 2014 <http://nacoesunidas.org/ban-ki-moon-ressalta-responsabilidade-politica-de-paises-do-g-20-frente-a-desafios-globais/>  
Acesso em: 10/11/2014

#### 4. COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A importância da comunicação como ferramenta para a formação de opinião pública vem sendo percebida já há algum tempo. Comunicar é impulsionar movimentos sociais, transformar valores e definir padrões. São vários os estudos e pesquisas sobre a atuação da mídia neste sentido e alguns a consideram o quarto poder.

Desde o início das práticas de articulação de notícias, os interesses da classe dominante e os da imprensa têm sido não conflitantes. Mas, é a partir do final do século XIX, que a imprensa adquiriu um caráter político marcadamente classista, passando a funcionar com fins, além de econômicos, políticos e ideológicos.

Os grandes meios de comunicação de massa sempre estiveram em poder das elites, dona do poder político e econômico, em diferentes sociedades e práticas de governo que agrupados a ampliação das atividades e o vertiginoso crescimento dos negócios envolvendo o setor de comunicação em âmbito mundial.

Este fato fez surgir à ideia de que os meios de comunicação de massa sempre agiram como instrumentos para manipular o público e orientá-lo em qualquer direção. Fala-se aqui de uma mídia hegemônica que, associada aos interesses das grandes corporações do capitalismo mundial, não pretende mostrar as manifestações visíveis da sociedade, mas sim criar um pensamento único, consensual, interessada em formar ou moldar uma “opinião pública”.

De acordo com Luís Fernando Angerami Ramos, essa visão compreende o receptor como um ser completamente passivo, “no entanto a participação dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública está relacionada a um contexto mais amplo” (RAMOS, 1995), relacionado com a organização da sociedade e com o conhecimento que o receptor tem do meio de comunicação e do assunto que está sendo tratado.

Dessa forma, os meios de comunicação não submetem completamente os indivíduos, mas não se pode deixar de considerar que eles atuam decisivamente na estrutura social, criando necessidades e motivações, reforçando padrões culturais e sociais e interferindo na ação política. (RAMOS, 1995, p. 30)

Na esfera ambiental, pode-se afirmar que o domínio da informação está ligado ao poder de interferir e orientar as relações humanas e a sociedade com a natureza. É por meio da imprensa que, hoje, as pessoas tomam contato com problemas ambientais e



procuram rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atenção no meio ambiente.

Considerando-se ainda, que os jornais e a televisão são a principal fonte de informação para expressiva camada da população, o papel desses veículos de fato revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental.

Um exemplo disso ocorreu durante a Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, onde os representantes signatários aprovaram a Agenda 21, que em seu capítulo 40, sobre Informação Para a Tomada de Decisões, recomendam que:

“sempre que existam impedimentos econômicos ou de outro tipo que dificultem a oferta de informação e o acesso a ela, particularmente nos países em desenvolvimento, deve-se considerar a criação de esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos econômicos.”<sup>12</sup>

Tal medida foi tomada com a justificativa de que “em muitos países, a informação não é gerenciada adequadamente devido à falta de recursos financeiros, pessoal treinado, ao desconhecimento de seu valor e a outros problemas imediatos ou prementes, especialmente nos países em desenvolvimento”, ainda segundo os signatários.

Apesar das dificuldades, a imprensa constitui um grande elemento de pressão junto à opinião pública, informando e relatando todo tipo de ação organizacional que possa redundar em prejuízo à qualidade de vida, democratizando a informação ambiental e contribuindo para pleno desenvolvimento da cidadania ambiental. Além disso, muitas campanhas sociais só conseguiram obter êxito com o apoio de jornais e redes de televisão.

Outro ponto que põe o jornalismo como um dos pilares da comunicação face à qualidade de vida é o papel de prestação de serviço à população, abrangendo desde informações e avisos de utilidade pública, até reportagens que levam à reestruturação de escolas ou obras em vias públicas.

Nos últimos anos pode-se observar um importante aumento nas publicações

---

<sup>12</sup> Agenda 21 Global. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/cap40.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap40.pdf)  
Acesso em 15/11/2014

sobre meio ambiente, além de crescente busca de empresas e instituições para vincular sua imagem a defesa do meio ambiente.

Empresas passaram a ter que levar em consideração a questão ambiental, muitas das vezes nem tanto pela pressão dos ambientalistas ou exigências legais, mas principalmente por outros fatores, como por exemplo, a necessidade que têm de alcançar certa excelência ambiental para obter selos verdes, com o intuito de se evitar barreiras comerciais a seus produtos no exterior.

Assim com a necessidade de comunicar os desastres ambientais, a mídia e o mercado adquiriram e incorporam ao seu rol de mensagens expressões como responsabilidade social e ambiental, compromisso ambiental, agricultura sustentável, produção limpa, combate ao desperdício, preservação do verde, entre outros.

Este conjunto da estratégia ambiental agregou-se às engrenagens do mercado e a variável ambiental incorporou-se nos balanços de empresas potencialmente poluidoras.

Grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados. Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região. Sem sombra de dúvida, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste (CASTELLS, 2001, p.141).

Outro aspecto importante e que é o ponto fraco das empresas poluidoras é a imagem e, é ameaçando essa imagem, que as ONGs trabalham para as colocarem numa situação de desconforto, que as fazem mudar de atitude, expondo assim, essas empresas para a opinião pública de seus países de origem.

Na esfera da publicidade destacando-se o marketing, passou a ser comum para o agente publicitário realizar campanhas para desincentivo ao consumo de produtos que causam danos ao meio ambiente, racionalização do consumo de energia, diminuição de acidentes de trabalho, e outras decisões tendo em vista que uma relação de consumo satisfatória para o indivíduo pode não sê-lo a sociedade como um todo.

Outro caminho é a Publicidade Comunitária - campanha voluntária que serve ao propósito de identidade sem fins lucrativos (ex: Ação Global; e a Publicidade com

Atributos Comunitários, campanha paga por anunciante comercial que serve ao propósito de venda de produto, mas traz abordagens de interesse social).

Apesar de atualmente muitos grupos empresariais estarem utilizando da publicidade para trazer as suas instituições um tom de compromisso com uma sociedade sustentável, ainda é muito pouco o que vem sendo feito nesta área, e muitas agências de publicidade ainda não perceberam que o setor movimenta milhares de dólares, nos dias de hoje.

Assim, é fundamental a participação da comunicação no processo de discussão dos problemas ambientais como forma de fornecer subsídios para complementação de programas de educação ambiental e atividades que visam a conscientização dos problemas do meio ambiente, estimulando as comunidades a implantar e exigir um novo padrão de desenvolvimento com equilíbrio ambiental suficiente para se atingir uma efetiva melhoria na qualidade de vida.

#### **4.1 Jornalismo e Meio Ambiente**

No jornalismo científico, bem como no jornalismo ambiental, intensificam-se a função educativa do jornalismo como intercessor e difusor do conhecimento científico para a sua conseqüente popularização, já que muitas vezes assuntos como o meio ambiente só chegam aos cidadãos praticamente através dos meios de comunicação.

O jornalista enquanto profissional e cidadão, face à incontestável força da imprensa, pode e deve colaborar com a educação ambiental, difundindo as informações de ciência e tecnologia e a consciência ecológica, inclusive assumindo sempre uma postura crítica e participativa como afirma Vilmar Berna (2010):

Não é pelo maior ou menor volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo, se não tiver uma cultura e uma formação que predisponha as pessoas a valorizar esta informação. Sem isso, as pessoas vão pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e importância, e tanto faz saber que derrubaram uma árvore ou uma floresta. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa como defende a educação ambiental, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta, uma espécie de ética distorcida, como se a seleção natural das espécies

separasse o mundo em vencedores (desenvolvidos, países de primeiro mundo) e perdedores (em desenvolvimento, subdesenvolvidos, países de segundo e terceiro mundo) onde apenas os mais aptos e espertos sobrevivem, aqueles que chegaram primeiro e dispõem dos melhores meios e tecnologias para retirar e utilizar com mais eficiência e rapidez os recursos do Planeta, capitalizando lucros e socializando prejuízos. (BERNA, 2010<sup>13</sup>)

Foi na década de 60, que os meios de comunicação assumiram um interesse pelas causas ambientais, podendo-se fazer uma analogia deste interesse com a filosofia dessa década contrária à violência, e toda a cultura da paz e amor difundida pelos *hippies*.

Os manifestantes ambientalistas desse período apostavam em protestos mais criativos, que davam origem às imagens e notícias novas. A população se mobilizava com o autossacrifício de pessoas que arriscavam a própria vida em longas viagens pelo oceano ou que abraçavam árvores para que essas não fossem cortadas.

Neste sentido Castells (2001), define a importância da mídia para as questões ambientais. É importante destacar que esta necessidade de aparecer na mídia não significa que há ambientalistas que só querem “aparecer”. É uma necessidade midiática exercida como uma função política denunciadora.

Esta política ambientalista é expressa, por exemplo, nas ações do Greenpeace, caracterizada como a maior organização ambientalista do mundo e “provavelmente a principal responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem uso de violência, e orientadas a mídia” (CASTELLS, 2001, p.150).

De acordo com Castells, o movimento ambientalista soube de maneira exímia utilizar as ferramentas da comunicação para mobilizar a opinião pública, sempre promovendo eventos midiáticos de impacto, aliando trabalho de base, militância e notável capacidade comunicacional.

Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas (CASTELLS, 2001, p.161).

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.ecopedagogia.bio.br/index.php/2012-04-04-16-17-49/vida-e-sensivel/91-dez-mandamentos-da-comunicacao-ambiental> Acesso em 18/11/2014.

Para Castells, o ambientalismo foi hábil ao aproveitar das condições tecnológicas da comunicação e as suas organizações praticamente nasceram com um pé no sistema de comunicação globalizado.

Diante desta habilidade, entidades como o Greenpeace têm desenvolvido ações/mobilizações midiáticas para chamar a atenção da opinião pública sobre diversos aspectos da defesa do meio ambiente.

Já nos anos 70, os meios de comunicação dos países do norte também se utilizaram de novos aparatos tecnológicos para passar um novo tipo de mensagem ambientalista, o mito do juízo final.

Esta linguagem esteve presente em filmes e livros de temática ecológica. O objetivo era criar uma consciência sobre as questões ambientais através do medo dos indivíduos.

O ambientalista foi ganhando um caráter ético bastante forte diante a sociedade, devido a sua luta pela sobrevivência de todos os seres humanos, sendo assim uma nova fonte para abastecer a mídia de notícias. Esta logo estaria cumprindo seu dever com o povo, de informar.

A primeira entidade de jornalismo ambiental surgiu no final da década de 60, na França, no mesmo período em que acontecia a conferência da Biosfera em Paris. Porém, foi depois da Conferência da ONU de Estocolmo, em 1972, que as questões começaram a aparecer com maior frequência na imprensa mundial.

Foi nesta década que se descobriu o buraco na camada de ozônio e apareceram várias hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global.

Atualmente, uma das principais entidades de jornalismo ambiental é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente dos Estados Unidos (Society of Environmental Journalists), criada em 1990 por doze repórteres premiados, e que possui hoje mais de mil associados.

A Sociedade dedica-se a melhorar a qualidade, a precisão e a importância das reportagens ambientais. Isso porque apesar de o meio ambiente ter conseguido relativo espaço nos veículos de comunicação de massa, o assunto é dado de forma fragmentada, descontextualizada da história, da política e economia, tendo ainda as publicações submetidas a interesses empresariais.

Berna (2010) ressalta que, o jornalismo ambiental deve evitar influências político-econômicas, como governos e instituições financeiras. Pois através do chamado

marketing verde, essas corporações influenciam negativamente a isenção do jornalista com a causa ambiental.

Empresas, muitas fundamentalmente antiecológicas, frequentemente aproveitam-se de reportagens relacionadas ao meio ambiente para fazer propaganda, vendendo sua imagem de “ecologicamente responsável”.

A comunicação ambiental é um instrumento que tanto pode estar a serviço de grupos e pessoas empenhadas sinceramente na defesa do meio ambiente, quanto movidas por interesses individuais ou corporativos que contratam profissionais para tentar passar uma imagem de ambientalmente responsáveis, sem ser, para se apossarem de recursos naturais ameaçados antes que se tornem indisponíveis ou caros demais tirar de onde está. Diante da impossibilidade de neutralidade, o profissional de comunicação ambiental precisa balizar sua conduta por um código de ética ambiental. (BERNA<sup>14</sup>)

Já em 1992, fazendo parte da agenda oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), aconteceu em Belo Horizonte o Encontro Internacional de Imprensa de Meio Ambiente que criou uma rede mundial de jornalista de meio ambiente. Tal rede foi batizada de “Green Press”.

E, foi somente em 1993, numa reunião em Dresden, na Alemanha, que criou-se a Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente. Atualmente, esta Federação é formada por jornalistas de 52 países, tendo como principal objetivo ampliar a compreensão pública dos problemas ambientais através de um intercâmbio entre profissionais especializados. Assim, são realizados encontros todos os anos.

## **4.2 Jornalismo Ambiental no Brasil**

De acordo com uma pesquisa sobre jornalismo ambiental realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, as questões ambientais começaram a aparecer na mídia no final dos anos 60, início dos anos 70, quando jornalistas que se preocupavam com as causas ambientais eram tidos como loucos, sonhadores e poetas.

Grande parte da população não percebia ainda a importância do tema, sendo assim poucos os jornais que trabalhavam com meio ambiente. Quando saía alguma

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.ecopedagogia.bio.br/index.php/2012-04-04-16-17-49/vida-e-sensivel/91-dez-mandamentos-da-comunicacao-ambiental>, Acesso em 18/11/2014.

notícia, geralmente era de caráter denunciata.

Foi nessa conjuntura que surgiu o primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente, Randau Marques. Considerado subversivo, em 1968 foi preso por ter escrito num jornal da cidade paulista de Franca reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo.

Antes disso, já havia questionado a ação dos agrotóxicos, mostrando a responsabilidade dos químicos sobre mortandade de peixes e intoxicação de agricultores. Com o tempo o repórter se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde. A partir daí novos protestos começaram a surgir.

Um dos maiores marcos da época foi quando em 1975 um estudante universitário Carlos Dayrel, ficou horas sentado em cima de uma acácia que seria cortada pela prefeitura para a construção de um viaduto, e mais uma vez a imprensa deu ampla cobertura ao fato, mesmo estando sob as censuras do governo militar<sup>15</sup>.

Randau Marques narra que quando começou a cobrir meio ambiente para o Estado de São Paulo, apesar de ser na época da repressão militar, não se entendia a importância do assunto então acabou passando despercebido pela censura.

Além disso, naquela época a questão ambiental envolvia figurões do alto comando das forças armadas. “Então você tinha o Almirante José Luís Belardo que era contemporâneo do Castelo Branco. Eu o citava, pois ele tinha opinião formada sobre o assunto. Acabou que a cobertura foi significativa neste período”<sup>16</sup>.

Na década de 80, com a descoberta do buraco na camada de ozônio resultante das atividades humanas, o mundo despertou para as questões ecológicas assim como toda imprensa. No Brasil, a mídia passou a noticiar os problemas ambientais enfrentados pela Amazônia.

Nesta década, houve mudanças na legislação ambiental, o Ministério Público Federal começou a agir de fato, não só em meio ambiente, mas em todas as áreas. Houve conquista de espaço nas redações. Na maioria das vezes as notícias ainda se caracterizavam por denúncias, mas já se dava espaço a outros assuntos.

Em agosto de 1989, foi realizado em São Paulo o Seminário “A imprensa e o Planeta”, promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais.

No mesmo ano, a Federação Nacional dos Jornalistas realizou, em Brasília, o

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://jornalismoambiental.org.br/midia-ambiental/historia> Acesso em 18/11/2014

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/MON02.pdf> Acesso em 18/11/2014

“Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente”, onde participaram especialistas internacionais, como o francês François Terrason, especialista em planejamento ecológico e agricultura; a norte americana Diane Lowrie, da Global Tomorrow Coalition; a jornalista Argentina Patrícia Nirimberk, da Fundação Vida Silvestre; o tcheco Igor Pirek, da Agência de Notícias CTK; o educador Pierre Weill, da Universidade Holística Internacional e especialistas brasileiros, como o repórter Randau Marques, o professor Paulo Nogueira Neto, o físico Luis Pinguelli Rosa, o agrônomo Sebastião Pinheiro e o jornalista Fernando Gabeira.

No início dos anos 90, com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável os jornais começaram dar a visibilidade da defesa do meio ambiente como um argumento que vinha sendo usado pelos países ricos para inibir o crescimento nacional.

Luís Fernando Angerami Ramos afirma que “a questão ambiental era rotulada com palavras como: alienação, fanatismo, desculpa, impostura, neurose, restrição, protecionismo, procurando alertar o leitor a respeito dos propósitos da ecologia” (RAMOS, 1995).

A realização da Eco 92 despertou o interesse de jornalistas para o meio ambiente e muitos jornais criaram editorias e cadernos especializados. Contudo, pouco tempo após o evento, houve uma incrível decadência, onde meio ambiente passou a ser noticiado novamente de forma irregular e fragmentada.

Ao mesmo tempo, aumentou o interesse pelo tema por parte de um público formador de opinião. Cresceu a percepção de que a solução dos problemas ambientais e a gestão ambiental assim como a implantação das agendas 21 locais e os processos de licenciamentos para as atividades poluidoras dependem, fundamentalmente, da capacidade de governos, empresas, universidades estabelecerem parcerias, diálogos entre si e com instâncias organizadas da sociedade civil, como ONGs, tanto ambientalistas como comunitárias, sindicais, profissionais e etc.

O resultado desse interesse foi novamente um significativo aumento do espaço às notícias ambientais no final dos anos 90.

Ao término da Eco 92, foi ocorrendo uma crescente diminuição das matérias sobre meio ambiente nas empresas de comunicação. Diante desse encolhimento do espaço editorial as pautas se restringiram a problemas ambientais de maior impacto

Já nos anos 2000, recomeçou a queda do espaço para as notícias ambientais em função da crise econômica. Os veículos veem encolhendo o espaço em todas as áreas,



mas especialmente em ambiente, por falta dinheiro para contratar novos jornalistas e para fornecer infraestrutura para que os profissionais possam trabalhar.

Dessa maneira, prefere-se noticiar apenas fatos espetaculares, como grandes desastres ecológicos ou eventos, como o caso mais recente do COP15.

Um problema é a falta de jornalistas especializados na área, que exige um conhecimento multidisciplinar, o que torna o processo de produção das reportagens mais difícil.

Outra questão é a falta de independência para abordar temas que possam inviabilizar os recursos oriundos de grandes anunciantes, voltando aquela questão da grande mídia estar diretamente ligada aos grandes conglomerados empresariais.

Neste ponto pode-se citar o sucesso de André Trigueiro que lançou o livro "Mundo Sustentável" depois de ter feito diversas reportagens para a televisão (de 2003 a 2005) e para o quadro, de mesmo nome, da rádio CBN (que está no ar, em rede nacional, desde agosto de 2003). Para fazer as matérias de TV, aproveitava "as horas vagas da cozinha da Globo News", como ele mesmo disse, para trabalhar os assuntos que ele julgava importantes mas que não tinham o "timing", exigido para a cobertura da imprensa.

Depois do lançamento deste livro, Trigueiro conquistou mais espaço para os temas socioambientais, e conseguiu transformar uma série de reportagens em um programa semanal, o Cidades e Soluções, no canal de TV por assinatura.

Além de denunciar, alertar e enumerar vários exemplos de como é possível fazer do limão, uma limonada, o autor se preocupa em decifrar termos, conceitos e utiliza pesquisas, números e gráficos para contextualizar melhor as informações. Porém são casos isolados de sucesso.

Como resposta ao esquecimento da mídia sobre a ecologia, foram surgindo diversos veículos alternativos voltados somente para as informações ambientais e que geralmente são produzidos por organizações civis que passam pelas associações de bairros, profissionais, sindicais, ambientalistas, cientistas e também pelas governamentais como universidades, instituições de pesquisa e outras que prestam serviços às comunidades.

Essas organizações preferem veicular as notícias pela Internet, pois através dela possuem mais condições de agir globalmente, atingindo um grande número de pessoas de forma mais prática, rápida e barata. Porém, existe um verdadeiro bloqueio econômico de agências de publicidade e secretarias de comunicação de grandes

empresas que desviam seus recursos primeiro para a mídia de massa das capitais, depois para as mídias de massa do interior e só por último para as mídias especializadas como a do segmento ambiental, desconhecendo a sua importância e dificultando a sobrevivência das mesmas.

Nos últimos anos, ambientalistas, empresários, governantes e comunitários têm buscado o diálogo e a parceria. Cada vez mais as instituições procuram a informação correta sobre o que ocorre no meio ambiente, a fim de manterem-se em dia com os acontecimentos e ao mesmo tempo estabelecerem suas estratégias de ação e escolherem seus parceiros.

Contudo, só é possível haver parcerias se existir informações de qualidade, transparentes e, principalmente, com fluxo permanente. E, mesmo agora, com um relativo entendimento da sociedade, sobre a importância que as questões ambientais acarretam, a mídia permanece dando uma cobertura irregular, fragmentada e superficial.

Existe hoje no Brasil maior consciência dos jornalistas sobre a questão ambiental, mas não se pode dizer que a cobertura da mídia seja satisfatória. Sendo assim, os veículos alternativos de notícia vêm mostrando cada vez mais sua necessidade editorial. Esses pequenos veículos alcançam um público específico, garantindo, ainda que pequeno, espaço no mercado.

## 5. O DESAFIO DE COMUNICAR O MEIO AMBIENTE

Neste capítulo tenta-se fazer uma relação sobre a atuação de jornalistas que repercutem meio ambiente, fazendo um paralelo entre a forma que a grande mídia realiza sua cobertura, passando pela questão da formação dos novos jornalistas, abordando a dinâmica entre o jornalismo e a educação ambiental e por fim demonstrando a contribuição que a mídia especializada dá à temática ambiental.

Entretanto antes vale apresentar um estudo da Fundação Reuters de Jornalismo e da universidade de Oxford<sup>17</sup>, recentemente divulgado, mostrou que o Brasil foi o país que publicou o maior volume de notícias sobre COP15, em Copenhague, no de 2009. Dos 427 artigos publicados nos 12 países estudados, 88 saíram na imprensa brasileira. Em segundo, está a Índia, com 76 notícias, seguida por Austrália (40), Grã-Bretanha (39) e Itália (37).

Pelos dados oficiais da ONU, concluiu-se que 4.000 jornalistas de 119 países estiveram na cimeira. Mais de 85% veio do mundo desenvolvido, mas cerca de 600 eram do principal bloco de negociação que representam os interesses dos países em desenvolvimento (G-77 mais a China). China e Brasil foram os melhores representados, com mais de 100 jornalistas de cada um.

O relatório confirma ainda que o Brasil levou a maior delegação oficial entre os 119 países que participaram, com 572 pessoas, seguida pelo país-sede, Dinamarca (527), China (333), Estados Unidos (274) e Grã-Bretanha (211).

A conferência foi considerada o evento não esportivo que mais atraiu jornalistas até hoje, com cerca de 4 mil registrados. A grande maioria (85%), de países desenvolvidos.

O levantamento inédito foi realizado pelo estudioso James Painter, que analisou a cobertura sobre Copenhague e entrevistou cientistas e jornalistas. Contudo apesar da intensa cobertura sobre o evento, os aspectos científicos do tema “mudança climática” foram pouco explorados. Para James Painter, é preciso maior discussão entre cientistas, jornalistas e legisladores para que o assunto se mantenha em pauta.

A atuação da imprensa brasileira elevou para 5% a participação da América Latina entre os jornalistas registrados para a conferência, segundo o estudo, que se concentrou na imprensa de 12 países: Austrália, Brasil, China, Egito, Índia, Itália,

---

<sup>17</sup>[http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Challenges/Summoned\\_by\\_Science.pdf](http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Challenges/Summoned_by_Science.pdf) Acesso: 16/11/2010

México, Nigéria, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos e Vietnã. No Brasil, foram examinadas notícias publicadas nos sites e jornais Folha de S. Paulo e Super Notícia.

Muito do que se lê em revistas, jornais e na internet, a respeito das questões que envolvem o meio ambiente está sempre focado em cadernos especiais sobre o assunto, contudo a temática não tem espaço em editoriais mais tradicionais como Política, Saúde, Economia e até mesmo Esporte, dentre outras.

O profissional que cobre ambiente deve ter como característica o enfoque interdisciplinar dos fatos e dados que acontecem no dia-a-dia, fazendo a ligação com as outras editorias, evitando jargões técnico-científicos e aprofundando o assunto de forma educativa para difundi-lo com o objetivo de formação de uma consciência holística. Visto que, o jornalismo ambiental não pode se restringir a uma editoria, mas sim ser discutido por um ângulo mais transversal, seria como uma nova forma de se fazer jornalismo.

Trazer o meio ambiente para o dia-a-dia do receptor, sobretudo com conteúdo que abrange novas formas de pensar, e com isso mostrar também, outros meios para se viver, além de propor estratégias para se difundir conhecimento é uma das grandes contribuições que o jornalismo ambiental pode dar para a sociedade, como ressalta o jornalista Efraim Neto:

A grande contribuição do jornalismo ambiental é auxiliar a sociedade no Controle Social. O que seria isso? É poder contribuir para que as pessoas conheçam os seus direitos e deveres; é instrumentalizar a sociedade para que ela possa cobrar dos governantes ações significativas para a melhora de sua qualidade de vida. A imprensa tem se colocado como apenas um meio, não como um agente. O jornalista pouco se interessa em se envolver pela questão; e aqueles que, em alguns casos, se envolvem preferem pousar de especialistas no tema. Como consequência disso, vemos um público com interesse na informação preferir os jornais populares, com “drops” de informação e quase zero de interpretação. No discurso da imprensa, podemos assinalar o interesse desmedido pelo fato (a nota, o “drops”, a notícia) e um interesse mínimo pela interpretação destes fatos. O mundo, na mídia impressa, vira então um amontoado de fatos sem conexão. Talvez por isso ocorra tanto desinteresse pelo tema e pelas questões que a circunscrevem. (NETO, 2010)<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Conteúdo de entrevista realizada com o jornalista Efraim Neto, via internet. Efraim Neto é jornalista, moderador da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e Consultor do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

Outro fato marcante é a evidente transformação da maioria dos veículos de comunicação em empresas comerciais, visando o lucro e dividindo seu espaço de acordo com as publicidades e anúncios, dificultando um trabalho mais investigativo na área ambiental.

Por outro lado há de se considerar que uma boa matéria não é censurada ou editada ao ponto de falar apenas de seus interesses (veículo). Uma boa matéria precisa de investigação. O jornal é um produto e precisa ser comercializado, por isso, em *praxis* uma boa reportagem será veiculada.

Ter conhecimento sobre se está escrevendo ajuda muito nessas horas. É mais fácil manipular uma informação com a qual você não tem domínio do que com aquela que domina. O que o jornalista precisa neste momento é ter personalidade.

Sobre esse conhecimento também se percebe nas redações uma dificuldade de se trabalhar o tema que é complexo e demanda pesquisa e noção científica. O que segundo Vilmar Berna (2010), se mostra o pouco caso da imprensa com as questões ambientais: “Parece que o jornalismo brasileiro tem vergonha da especialização do profissional, talvez por não ter que pagar mais por ela”.

Tocar nesse assunto da formação dos jovens jornalistas reflete a, ainda, ineficiência nos cursos de graduação e pós-graduação. O que torna urgente a atualização do ensino para que os estudantes de jornalismo passem a ter conhecimento das causas e consequências da crise ambiental que se tem na atualidade.

As universidades se assemelham muitas vezes a fábricas de tijolos quando se preocupam em formar alunos sob medida, por meio de cursos estritamente comprometidos em suprir as demandas do mercado. Relega-se, nesses casos, o curso de nível superior a um papel medíocre, nivelador, sem a perspectiva de discutir a fundo o papel do jornalista num mundo em transformação e com novas demandas na área da informação. (TRIGUEIRO, 2005, p. 279)

Contudo vale deixar claro que o principal não é exigir do estudante o papel de especialista no assunto. A fonte é quem deve ser o especialista. Ao profissional cabe a aptidão de identificar dados e temas que podem se tornar pautas nas redações. Não se esquecendo também que o jornalismo deve se preocupar em analisar a fala de diversas fontes, dos diferentes pares de um acontecimento.

Visto que, o papel do jornalista é fornecer ao receptor a possibilidade de ele

próprio formar sua opinião sobre o assunto abordado. Como afirma Efraim Neto<sup>19</sup>: “o jornalismo ambiental, antes de tudo é jornalismo. E que a sua prática precede de conhecimentos práticos de comunicação social e que a sua prática perpassa por um processo de captação, produção, edição e circulação de informações e conhecimentos. A sua diferença emerge a partir do momento que esses conteúdos estão comprometidos com a temática ambiental sendo destinados a um público leigo, não especializado”.

Neste momento, o surgimento de uma disciplina de jornalismo ambiental é questão de tempo. Já existe na PUC/RJ, com o André Trigueiro; na UFRGS, com a Ilza Girardi; com a Andrea Catteano, da UFRR; entre outros.

A expansão da questão ambiental é recente, por isso ela ainda precisa transpassar esses desafios, sendo que ainda há barreiras para que ela seja introduzida nos currículos. Já a questão científica é estudada pela comunicação desde o final do século 19.

Ainda no que diz respeito a formação e educação uma pesquisa<sup>20</sup> feita na Universidade Estadual Paulista (Unesp), revelou que as principais fontes de informação para professores do ensino básico que trabalham com educação ambiental são revistas e livros didáticos. O estudo avaliou as fontes de informação sobre educação ambiental dos professores de educação básica em 14 municípios de São Paulo que pertencem à bacia hidrográfica do médio Tietê, tendo como polo regional a cidade de Bauru.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos professores busca informações em revistas (23%) e livros didáticos (16%), seguidos da internet (14%) e jornais (10%). Aparecem em menor número materiais paradidáticos (6%), cursos, palestras e panfletos (4%), apostilas (4%), vídeos, filmes e músicas (4%), programas de televisão (3%), material acadêmico (3%) e projetos e práticas educativas (2%), entre outros.

Tais dados revelam a importância do jornalismo ambiental para a educação. Através da comunicação, a educação ambiental, pode cooperar com enormes mudanças políticas porque atuando diretamente pode trazer discussões amplas em torno do meio ambiente, podendo refletir na sociedade uma organização pela luta por melhores condições de vida.

Existe sim uma relação nesse processo entre jornalismo e educação ambiental. Não diria entre o jornalista e a educação, mas entre o comunicador e a educação. Uma boa notícia, propaganda e folder, entre outros produtos da

<sup>19</sup> <http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/os-jovens-e-o-jornalismo-ambiental-importancia-e-participacao/>, Acesso em 18/11/2014

<sup>20</sup> <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v19n2/a09v19n2> Acesso em 18/11/2014.

comunicação, ajudam na conscientização da sociedade. Não diria que chega ao ponto de educar, mas é uma ferramenta complementar a formação do cidadão. A comunicação crítica ajuda a sociedade em suas escolhas e opções, potencializa o controle social, pois sinaliza para os direitos e deveres do cidadão; um desses direitos é o da informação. (NETO<sup>21</sup>)

Por fim tem-se a mídia especializada que vem contribuindo de maneira ímpar, e por vezes torna-se o principal elo com o segmento da sociedade brasileira interessada nas questões ambientais.

Esse público dispõe de alguns poucos veículos como o Jornal do Meio Ambiente, editado por Vilmar Berna, a Folha do Meio Ambiente (DF), o Jornal Terramérica (SP), as revistas Com Ciência Ambiental, Eco 21, Ecologia & Desenvolvimento, Saneamento Ambiental, Meio Ambiente Industrial, entre outros, e em sua maioria distribuídos nacionalmente e por mala direta.

A firmação desses meios demonstra que, apesar de não ser em número suficiente para interessar à grande mídia, o público interessado nas questões ambientais no Brasil é suficientemente numeroso para admitir segmentação por área de interesse.

Cada veículo novo que surge na área ambiental, cumpre uma importante função social. Não só significa aumento de postos de trabalho para profissionais especializados, como também se constitui num fator a mais de favorecimento do diálogo entre os diferentes setores da sociedade que precisam estabelecer parcerias entre si em direção a um desenvolvimento sustentável. Sem informação, não há diálogo, muito menos, parcerias. (BERNA)<sup>22</sup>

Por sua vez os jornalistas especializados em meio ambiente, criaram a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental que reúne cerca de 250 profissionais. São jornalistas que produzem diariamente informações para os seus veículos, seja da chamada grande mídia, seja da mídia especializada, seja nas assessorias de comunicação em empresas, órgãos de governo e organizações do Terceiro Setor.

Dentre os especializados também se têm sites como Envolverde, Mercado Ético, com grande visitação diária. O que evidencia que as novas mídias são complementares

---

<sup>21</sup> <http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/os-jovens-e-o-jornalismo-ambiental-importancia-e-participacao/>, Acesso em 18/11/2014.

<sup>22</sup> <http://www.escriptorvilmarberna.com.br/artigos/comunicacao-ambiental/comunicacao-ambiental-para-a-parceria.html>. Acesso: em 30/11/2010.

ao jornalismo ambiental. Essas ferramentas auxiliam na difusão de conteúdos interessantes.

As novas mídias possuem uma capilaridade muito grande e, por ser muito utilizada pelos jovens, pode vir a atrair novos públicos para os conteúdos e temática. Contudo para Efraim Neto “essas ferramentas podem auxiliar o jornalismo ambiental na sua função pedagógica, difundindo dicas e ações que possam levar o público a uma ação efetiva. Entretanto, é importante sinalizar que as mídias sociais não substituem os conteúdos de qualidade e que para que a temática ambiental e de C&T tenham o destaque necessário, as informações e conteúdos necessitam ser trabalhados da melhor maneira possível”.

Para finalizar, Efraim Neto (2010) faz um paralelo da empreitada de Carson e o jornalismo ambiental de hoje, afirmando que o grande desafio para o repórter que quer seguir na empreitada do meio ambiente:

...é conseguir consolidar tantos conhecimentos e informações em produtos de qualidade. O que isso significa? Significa que é preciso conhecer cada vez melhor o tema com o qual trabalha; isso implica em conhecer fontes, instituições e questões que são de interesse público. É preciso saber sobre o que escreve e como escrever. Na sociedade contemporânea há uma grande gama de informações, muitas repetidas. Por isso, conhecer melhor sobre o tema é fundamental.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho não tem a pretensão de ditar regras, mas sim demonstrar como é realizada, hoje, a cobertura jornalística do meio ambiente, usando como exemplo, mais especificamente, o caso da Crise Hídrica em São Paulo.

Durante a pesquisa, pode-se observar que a questão ambiental evoluiu juntamente com questões políticas e estruturais da sociedade, e que foi tomando sua devida importância ao longo da história da humanidade.

Precisa-se falar em jornalismo ambiental para demarcar um campo que necessita de atenção, porque as ações, como seres humanos, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, têm de forma acelerada comprometido a qualidade de vida no Planeta, com destruição de ecossistemas e extinção de muitas espécies.

O modelo de desenvolvimento adotado a partir da Segunda Guerra Mundial provocou o desequilíbrio ecológico, com todas as suas facetas, desde os problemas oriundos da emissão de gases tóxicos, aquecimento do planeta, qualidade da água, perda da saúde e, principalmente, o estado de miserabilidade de muitas populações que não têm acesso às condições mínimas de sobrevivência para ter uma vida digna.

Apesar deste quadro, viu-se que a imprensa, atrela a cobertura ambiental à ocorrência de catástrofes, sem, mesmo neste caso, analisar as ocorrências fazendo as devidas conexões.

Pode-se perceber que o jornalismo ambiental no Brasil ainda é carente de bons profissionais e de pessoas engajadas na causa. Entretanto nos últimos anos o número de jornalistas que cobrem o tema aumentou substancialmente.

Este fato não necessariamente garante a qualidade das reportagens. Um exemplo disso foi a cobertura durante a realização da COP15, sendo o Brasil o país que mais produziu conteúdos sobre a conferência. Mas é questionável a qualidade deles.

O jornalismo ambiental vem ganhando muito espaço na mídia. Em parte isso é bom causando um maior entendimento e aumentando o alcance aos menos engajados, mas, por outro lado, ainda é possível encontrar muito conteúdo desconectado com a causa e a temática.

Também se observou que os estudantes precisam levar em conta diversas informações para que eles comecem a se dar conta das conexões existentes entre os

fatos e também a própria complexidade da vida. Esta compreensão torna-se essencial para um jornalista que percebe a dimensão educativa de sua profissão.

Muitas vezes os temas publicados estão desvinculados de um contexto mais amplo. Diante disso é essencial uma aprimoração na formação dos novos jornalistas, garantindo a realização de matérias mais qualificadas e completas.

É necessário que a mídia aja não só com notícias espetaculares e de grande repercussão, mas também na área de educação ambiental, trabalhando para esclarecer as bases do desenvolvimento sustentável, que unindo o desenvolvimento econômico à preservação dos recursos naturais, dando uma visão globalizada da problemática ecológica que inclua diversos pontos de vista e fontes de informação, proporcionando um retrato claro da situação ambiental do planeta.

Espera-se que as pautas sejam mais abrangentes e que temas do dia-a-dia do brasileiro tenham maior importância nas redações, para além da restrição de colunas, exista uma interligação entre todas as editorias.

A chamada crise ambiental é urgente, abrangendo questões sociais, econômicas, políticas e éticas. Estando relacionada diretamente com a preservação de nosso lar, a Terra, para que gerações futuras possam ter uma vida minimamente decente.

Assim a mídia torna-se fundamental e a expectativa da melhora nas abordagens do tema é grande e iminente. Grandes oportunidades para isso estão diante de nós, o país sediou a Rio+20, a Copa do Mundo e sediará as Olimpíadas. Tendo todos estes eventos uma carga expressiva de envolvimento ambiental.

Torna-se essencial neste contexto que se forme jornalistas especializados, garantindo a produção de matérias mais qualificadas e completas, pois são informações em demasia, produzidas em um curto espaço de tempo, as quais dificilmente alguém que não esteja ligado à área terá condições de acompanhar.

Observa-se ainda que o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável não devem restringir-se a uma coluna, mas sim estarem explícitos em todas as editorias de um jornal, interdisciplinarmente.

O ecojornalismo tem um importante papel a cumprir no processo de educação ambiental tendo em vista a construção de uma vida sustentável. O interesse em pesquisar, compartilhar conhecimentos e a mudança de comportamento com o recebimento de novas informações, são um indicativo da importância da informação correta para a conscientização a respeito dos diversos problemas que afetam a qualidade de vida. Um bom profissional, engajado e atualizado com o que ocorre no mundo,

precisará estar atento a todas as nuances da profissão, saindo da zona de conforto e transformando-a em objeto de transformação para a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOUR, Ana Maria Alves, *Jornalismo Ambiental, Monografia*, disponível em <http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/MON02.pdf>, acesso em 10/09/2014.

BERNA, Vilmar, *10 mandamentos da Comunicação Ambiental*, disponível em <http://www.ecopedagogia.bio.br/index.php/2012-04-04-16-17-49/vida-e-sensivel/91-dez-mandamentos-da-comunicacao-ambiental>, acesso em 18/11/2014.

BRASIL. *Lei nº 6.938*, de 31 de agosto de 1981 (Política nacional de meio ambiente). Brasília-DF: Senado Federal, 2007.

CARVALHO, Isabel C; GUIMARÃES, Leandro; SCOTTO, Gabriela. *Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: 1ª Ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A Era da informação*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTORIADIS, C e COHN-BENDTI, D. *Da ecologia à autonomia*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. *Nosso futuro comum*. 2ª Ed. Tradução de *Our common future*. 1ª Ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em: 02/09/2014.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação, *Dilma Rousseff Rio+20 terá efeito transformador nas gerações futuras*, disponível em <http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/noticias/dilma-rousseff-rio20-tera-efeito-transformador-nas-geracoes-atuais-e-futuras/>, Acesso em 20/10/2014.

ESTADÃO, *Discurso do Presidente Lula em Copenhague*. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,leia-na-integra-o-discurso-de-lula-na-cop-15,484275>. Acesso em: 12/11/2014

DIAS, LEEF, E. *Epistemologia Ambiental*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Saber Ambiental - Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

GREENPEACE, *Quem somos*, disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/>, acesso em 14/11/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

ITAMARATY, Palácio do Governo, *Discurso da Presidenta da República, Dilma*

Rousseff, na Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) - Nova Iorque/EUA, 23/09/2014, disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cupula-do-clima-2014-na-sede-da-onu-nova-iorque-eua>, acesso em 20/10/2014.

LAYRARGUES, Philippe. *Do Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito*. 1997.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen. *Beyond the limits to growth*. Disponível em: <http://www.context.org/ICLIB/IC32/Meadows.htm>. Acessado em: 15 de junho de 2014.

MELO, Matilde Maria Almeida. Natureza, progresso e desenvolvimento: antinomias do projeto civilizatório da sociedade moderna. In: *Dialéticas da natureza*. Margem, São Paulo, 13 junho 2001.

MMA, Ministério do Meio Ambiente, *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, disponível em [www.mma.gov.br/estruturas/ai/arquivos/decpol.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/arquivos/decpol.doc), acesso em 19/11/2014.

MMA, Ministério do Meio Ambiente, *Agenda 21 Global*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/cap40.pdf> Acesso em: 15/11/2014

NETO, Efraim, *Os jovens e o jornalismo ambiental – Importância e Participação*, disponível em <http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/os-jovens-e-o-jornalismo-ambiental-importancia-e-participacao/>, acesso em 20/09/2014.

ONU, Ban Ki-moon ressalta responsabilidade política de países do G-20 frente a desafios globais, 17/11/2014, disponível em <http://nacoesunidas.org/ban-ki-moon-ressalta-responsabilidade-politica-de-paises-do-g-20-frente-a-desafios-globais/>, acesso em 20/11/2014.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 1995.

RBJA, Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, *História*, disponível em <http://jornalismoambiental.org.br/midia-ambiental/historia>, Acesso em 18/11/2014.

REUTERS INSTITUTE, *Summoned by Science*, disponível em [http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Challenges/Summoned\\_by\\_Science.pdf](http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Challenges/Summoned_by_Science.pdf), acesso em 20/09/2014.

ROCHA, Ronaldo Gazal. *Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental*. Educ. rev. 2006, n.27, pp. 55-73. ISSN 0104-4060. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000100005>. Acesso em 12/11/2014.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos et all, *A Inserção da Educação Ambiental:*

*Que fontes de informação os professores utilizam para sua formação?* Monografia, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v19n2/a09v19n2>, acesso em 10/10/2014.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005.

VIOLA, Eduardo; COSTA, Leila, Ferreira. *Incertezas da Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp. 1996.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto de. (org.) *Ecologia e Política no Brasil*, 1987, p66. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm) Acessado em: 01/11/2014

